

Potencial humano do Nordeste e do Leste Setentrional

Grupo de Geografia da população da
Divisão de Geografia

ASPECTOS GERAIS

Os estudos sobre o potencial humano do Nordeste e do Leste Setentrional revestem-se, atualmente, de uma significação toda particular, haja visto ser esta área do Brasil uma das que apresentam maiores problemas a serem resolvidos no período de desenvolvimento em que o nosso país presentemente se lançou. O planejamento econômico e o conseqüente aproveitamento desse extenso trecho brasileiro vêem-se entravados por problemas, não só de ordem física, que têm desafiado constantemente as soluções propostas, mas também, principalmente, decorrentes de condições econômico-sociais, como os da distribuição das propriedades, da falta de fixação do homem à terra, dos métodos rotineiros de uso da terra, etc.

Algumas características principais da população nordestina serão aqui lembradas, em uma explanação ligeira, a fim de que se possa bem apreciar o que representa ela como potencial humano para o país, podendo futuramente servir a um planejamento de desenvolvimento das riquezas da região. Referimo-nos à população "nordestina" porque, como é sabido, o Leste Setentrional apresenta aspectos físicos e humanos bastante aproximados dos da Região Nordeste, podendo ser-lhes aplicadas as soluções comumente invocadas para o Nordeste. Grande área interior do Leste Setentrional é, mesmo, afligida pelo problema das secas, o qual é, em geral, considerado como o principal entrave ao bom aproveitamento das forças humanas locais. Por essa razão foi o Leste Setentrional incluído no presente estudo.

Pelo seu número total (17 973 413 habitantes), pela sua fecundidade, pelo forte incremento natural que a caracteriza, pela quantidade de indivíduos jovens que a compõem, pode a população do Nordeste e Leste Setentrional ser considerada como uma reserva de mão-de-obra apreciável, cujo aproveitamento fu-

* A pesquisa foi realizada por uma equipe de estudiosos do assunto, orientada pelo professor MICHEL ROCHEFORT, da Universidade de Estraburgo e coordenada por RUTH LOPES DA CRUZ MAGNANINI, autora do presente relatório, ficando assim distribuídas as diferentes partes componentes do trabalho:

a) estudo das densidades de população: NEY RODRIGUES INOCÊNCIO, MARIETA MANDARINO BARCELOS e MITIKO YANAGA;

b) estudo da estrutura rural-urbana: RUTH L. C. MAGNANINI, HENRIQUE AZEVEDO SANT'ANNA.

c) estudo das taxas de crescimento médio anual: ARIADNE SOARES SOUTO MAYOR (1920-1950), BEATRIZ C. MELO PETEY (1940-1950), ELISABETH FORTUNATA GENTILE, SOLANGE TIETZMANN SILVA, MARIA LUIZA BEHRENSDORF;

d) estudo das estruturas profissionais: RUTH LOPES DA C. MAGNANINI e HENRIQUE AZEVEDO SANT'ANNA;

e) estudo dos índices de juventude: ARIADNE SOARES SOUTO MAYOR, ELISABETH F. GENTILE, SOLANGE TIETZMANN SILVA, NYSIO PRADO MEINICK;

f) taxas de analfabetismo e grau de instrução: MARIETA MANDARINO BARCELOS, NEY RODRIGUES INOCÊNCIO, MITIKO YANAGA;

g) regiões de população: RUTH L. C. MAGNANINI

Nota — Os cálculos dos dados utilizados ficaram a cargo da Seção de Cálculos do CNG, dirigidos por ANGELO DIAS MACIEL e com a colaboração de elementos do Grupo de Geografia da População.

turo, entretanto, será dificultado por um fator de retardamento: a excessiva mobilidade, a falta de fixação do homem ao solo.

O Nordeste é a terceira região do país quanto à população; em 1955, segundo consta do estudo "Contribuição para o estudo da demografia do Nordeste" (IBGE), viviam naquela região 23,91% da população do Brasil, sendo sua densidade duas vezes mais alta do que a do país.

As taxas de natalidade, muito elevadas em nosso país, têm sua expressão máxima no Nordeste; variam entre 45 e 48/1 000 entre os diferentes estados componentes da região encarada no presente estudo. As taxas de mortalidade são também bastante elevadas; situam-se entre 18 e 25/1 000. Face à carência dos registros de nascimentos e óbitos, essas taxas são calculadas indiretamente, por meio dos dados dos diversos recenseamentos, pelo Laboratório de Estatística do IBGE. A expansão demográfica desta região tem sido bastante expressiva, pois o crescimento vegetativo é bastante forte, porém as perdas de população têm sido fator de retardamento do crescimento demográfico e uma das causas do desigual crescimento populacional observado na região; enquanto os estados nordestinos, em geral, têm acusado um saldo passivo, entre os naturais de seus territórios, presentes em outras unidades da Federação e os naturais de outras unidades que se radicam em seu território, o Maranhão tem registrado, pelo contrário, um saldo ativo de 65 000 pessoas. De modo geral, porém, o Nordeste e o Leste Setentrional têm crescido demograficamente, bastante menos que o Sul e o Centro-Oeste, beneficiários dos movimentos populacionais do primeiro.

A mais conhecida e flagrante das características da população da região, é, com efeito, a sua mobilidade. São intensos os seus movimentos internos e interregionais. Uma das conseqüências desses movimentos é a distribuição por idade desigual de zona para zona. A elevada natalidade, a alta mortalidade, o forte incremento natural, a predominância das emigrações, dão proporções significativas de crianças e adolescentes (44,11% da população regional, em 1950, possuíam menos de 15 anos) e baixas proporções de velhos (4,32% com mais de 60 anos).

A distribuição etária da população é muito importante para a avaliação de um potencial humano. O contingente da mão-de-obra dependerá da proporção de pessoas em idade ativa. Sob esse ponto de vista, a população nordestina, essencialmente jovem, apoiada em sua base predominantemente agrária, apresenta tanto vantagens quanto problemas. O peso da juventude é aí enorme, porém, de acordo com a predominância das atividades econômicas agro-pastoris, verifica-se o ingresso da população no mercado de trabalho desde cedo, realizando um trabalho bastante produtivo. Por outro lado, essa população jovem fica afastada da instrução, a qual é bastante escassa, apresentando, mesmo, o pior nível do país. Só 25% das pessoas de 5 anos e mais sabiam ler e escrever e, dos de 10 anos e mais somente 4,97 tinham em 1950, curso elementar, 1,04% curso médio e 0,14% curso superior. Essas porcentagens, realmente assustadoras, retratam, a nosso ver, o pior aspecto da população nordestina.

Uma outra característica a lembrar são as mutações sociais e econômicas que se estão processando em alguns dos trechos da região estudada. Tendo-se conservado estacionária durante largo tempo, a população dessa região, alcançada por rodovias que põem em contato os mercados nordestinos com os do sul e sudeste do país, tem visto acentuada sua tendência emigratória, além de sofrer, em alguns pontos, modificações em sua estrutura econômica e social antiga, com o estabelecimento de verdadeiras zonas pioneiras. Um dos fatos que demonstram essas mutações são as transformações nas atividades profissionais básicas, tendo havido aumento do pessoal ocupado nas indústrias de transformação e no chamado setor terciário, isto é, as atividades não produtivas e mais ligadas à urbanização, como os serviços sociais, as das profissões liberais, o comércio de imóveis e de mercadorias, etc. Apesar de serem

ainda muito baixas, as porcentagens dessas atividades demonstram certo aumento da proporção da população urbana na região, que, entretanto, é ainda essencialmente rural.

Finalmente, um fato a considerar são as diferenças existentes entre as populações urbanas e rurais do Nordeste. Esse fato é uma característica encontrada em todo o país, porém, no Nordeste, é como que acentuada pelas condições físicas da Região que opõem literalmente o litoral ao sertão. Nos quadros urbanos e suburbanos, cujos aspectos se assemelham, podendo mesmo ser considerados idênticos, a natalidade é menor e a afluência de imigrantes em idade adulta contribui para reduzir a quota de crianças, ao passo que na zona rural, dá-se justamente o contrário. Essas populações dedicam-se, além disso, a atividades diversas, e são caracterizadas por níveis de renda e graus de instrução desiguais. Na realidade, tais dissemelhanças são encontradas em todos os aspectos quantitativos ou qualitativos da população nordestina e constituem como que a chave do seu estudo, prendendo-se à já tão conhecida oposição entre o litoral e o interior que se verifica com especial intensidade nessa região.

A pesquisa encetada pela administração atual da Divisão de Geografia do CNG acha-se, portanto, dentro de um assunto palpitante de atualidade.

Vem, outrossim, entregar a público uma série de aspectos ainda pouco ventilados da Geografia da População dessa extensa região brasileira.

Essa pesquisa, fruto de trabalho de equipe que se estendeu por vários meses, é composta por uma parte preliminar de cálculos de dados, tendo sido utilizados os dos recenseamentos de 1920, 1940 e 1950 e, ainda, aqueles do censo de 1960 que podiam ser manuseados, isto é, os relativos às densidades de população e à discriminação da população por domicílio urbano, suburbano e rural.

O primeiro estudo é o das densidades da população total por quilômetro quadrado, o qual dá uma idéia global da quantidade da população e da distribuição irregular dessa quantidade através da região encarada (cartograma n.º 1).

Segue-se a análise da estrutura rural-urbana da população, organizada segundo o método do professor ROCHEFORT. Esse aspecto qualitativo da estrutura da população é um dos mais interessantes para o seu estudo e, também, um dos mais difíceis de serem tratados, devido aos critérios comumente utilizados na conceituação dos fatos rural e urbano. No Brasil, são recenseados como populações "urbanas" as residentes nas "cidades" e "vilas" (sedes de município e de distritos, respectivamente) sem se levar em consideração as funções desta população, a urbanização dos núcleos ou, mesmo, o número do contingente humano dentro desses quadros. "Rurais" são os habitantes que não foram computados dentro daqueles quadros. Dentro desse conceito político-administrativo que, na maior parte das vezes, não corresponde à realidade, o mapeamento dos dados do censo demográfico, único elemento utilizável principalmente em estudos que abrangem áreas tão extensas, encontrou uma série de dificuldades.

O método do professor ROCHEFORT, calculando dois índices, um para a população "dispersa" e outro para a "aglomerada", dá idéia aproximada da realidade dessa estrutura rural-urbana na região (vide legenda do cartograma n.º 2), considerando-se população "dispersa" a rural e "aglomerada" a das cidades e vilas, somadas. Para a população dispersa foram encontradas taxas variáveis representadas em côres de fundo; quanto à população aglomerada, foi representada em símbolos, cuja combinação dá idéia das proporções de cidades pequenas, médias ou grandes, em cada município.

Para o estudo do aumento populacional por município utilizaram-se taxas de crescimento médio anual, calculadas entre 1920 e 1950 (côres de fundo no cartograma n.º 3) e entre 1950 e 1960 (símbolos), já que o crescimento vegetativo ou natural da população é desconhecido, pela inexistência grave ou

quase total dos registros de nascimento e de óbitos. Há, assim, a impossibilidade de se conhecerem os "balanços migratórios" da região, isto é, a diferença entre o crescimento real da população (obtida da comparação dos vários recenseamentos) e o vegetativo. O dinamismo da população nordestina foi, assim, estudado apenas no tempo e não no espaço; entretanto, comparando-se as taxas de crescimento médio anual ao índice presumível do crescimento vegetativo do Nordeste, 2% ao ano *, têm-se indiretamente as perdas ou os acréscimos de população, sugerindo os movimentos populacionais pelos aumentos ou diminuições que não foram devidos ao crescimento vegetativo.

Nos 40 anos considerados, o Nordeste apresentou um crescimento quase geral, pois as taxas negativas são pouco numerosas em relação ao todo regional e raramente se repetem nos dois períodos estudados; em geral, as taxas de crescimento anual médio mais encontradas são equivalentes às do crescimento vegetativo do Nordeste, sugerindo condições de estabilidade no crescimento populacional em áreas bastante extensas, que, apesar de perderem população em evasões periódicas, devidas às secas, ou constantes, graças a fatores sócio-econômicos, viram essas perdas compensadas pelas altas taxa de crescimento vegetativo. Por outro lado, há zonas, menos extensas, é verdade, em que as taxas de crescimento anual médio são bem superiores à do crescimento vegetativo, favorecidas, como são, pelo recebimento de freqüentes levas de povoadores.

Essas considerações levaram ao conhecimento e à individualização de zonas de fornecimento de população, de áreas de crescimento demográfico estável e de trechos mais reduzidos, em expansão demográfica, zonas essas básicas no estudo e interpretação da população do Nordeste e do Leste Setentrional.

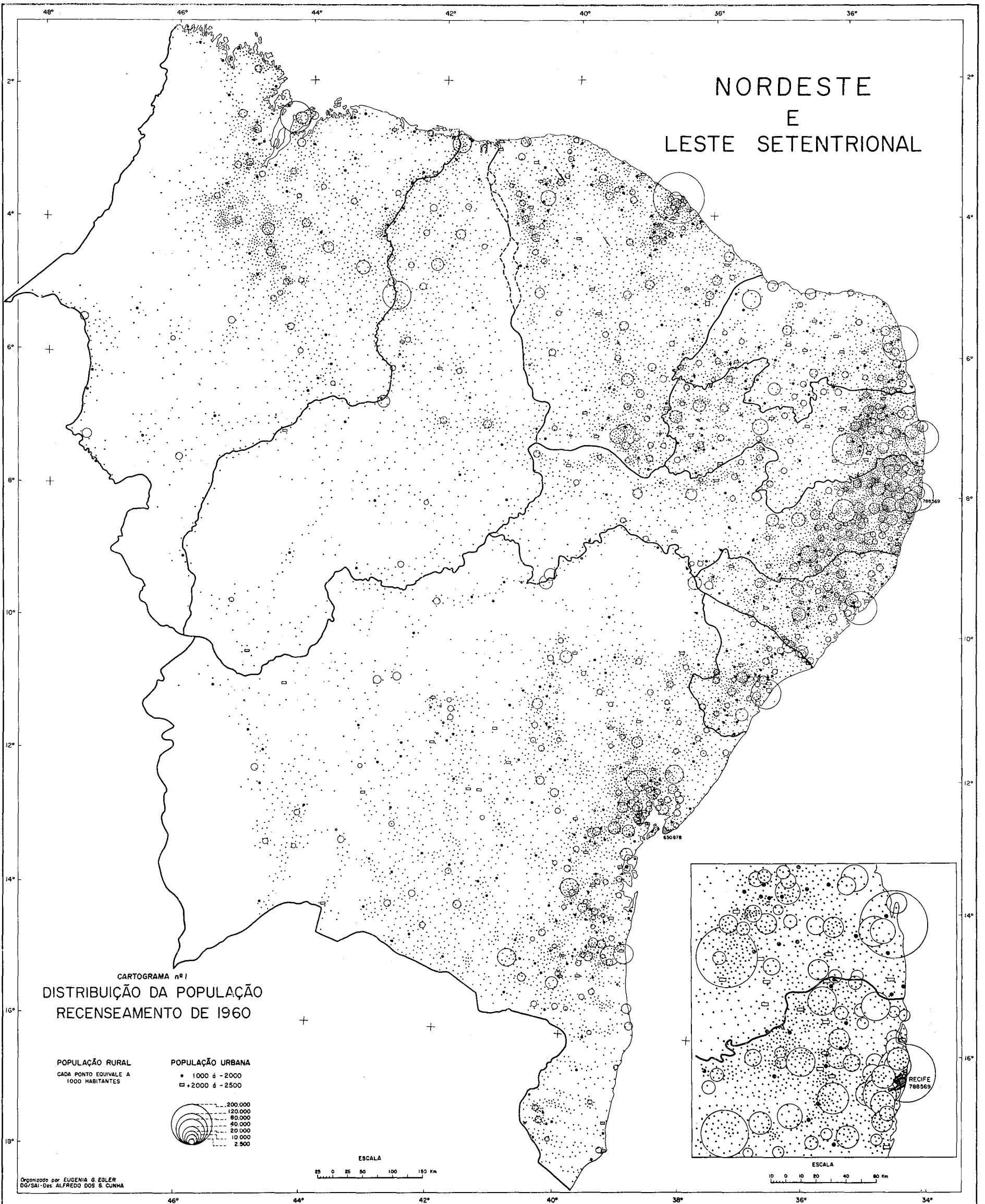
Na análise da composição da população nordestina, de acordo com as idades, só se puderam realizar índices de juventude e de infância, pois o censo só realiza a separação, para cada município, desses grupos de idade (5 anos e menos e 15 anos e menos). Entretanto, esses índices de juventude são já muito importantes para a compreensão da população do Nordeste e Leste Setentrional. Assinala-se geralmente forte proporção tanto das crianças como dos adolescentes, que aparece em convenções superpostas (vide cartograma n. 5). As nuances de zona para zona devem-se a fatores locais e serão estudados separadamente, apesar de sua difícil interpretação.

A estrutura qualitativa da população segundo ramos de atividade coletiva, dos quais se dispõe nas tabelas do censo demográfico de 1950, orienta sobre o estudo da *estrutura profissional* propriamente dito, cuja discriminação não é ainda feita em nosso país. Agrupando os ramos de atividade em grandes setores de atividade *agrícola* (soma de agricultura, pecuária e silvicultura), *industrial* (soma da indústria extrativa e de transformação) e dos *serviços* (soma dos serviços e das atividades sociais, profissões liberais, comércio de imóveis e de mercadorias, etc.), e calculando-se as percentagens de cada um deles para os diferentes municípios, construiu-se um diagrama triangular em que foram lançados os valores municipais, isolando-se, após, as classes ou tipos de município, de acordo com a sua estrutura por setor de atividade.

A primeira constatação é a respeito da absoluta maioria de municípios agropecuários, opondo-se basicamente à estrutura dos municípios dedicados à indústria ou aos serviços, muito menos numerosos. Tal fato indica uma estrutura ruralizada da população nordestina, uma precária vida de relações entre seus agrupamentos urbanos, uma industrialização ainda incipiente e extremamente localizada. Dispondo-se em zonas de características homogêneas (cartograma n.º 4), embora apresentando soluções de continuidade, essas estruturas profissionais diversas fornecem alguns dos principais aspectos da população nordestina.

* A taxa média geométrica anual de crescimento entre 1950 e 1960 (por 100 habitantes) é, para o Nordeste, segundo dados preliminares do Laboratório de Estatística do IBGE, de 2, 26.

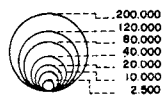
NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL



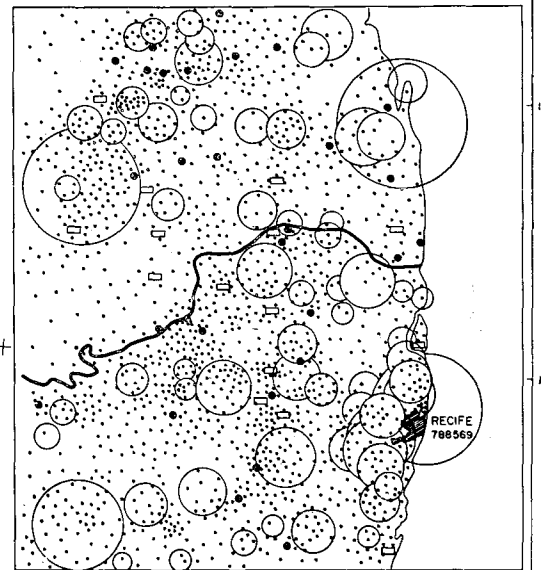
CARTOGRAMA nº 1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO
RECENSEAMENTO DE 1960

POPULAÇÃO RURAL
CADA PONTO EQUIVALE A
1000 HABITANTES

POPULAÇÃO URBANA
● 1000 á - 2000
□ + 2000 á - 2500



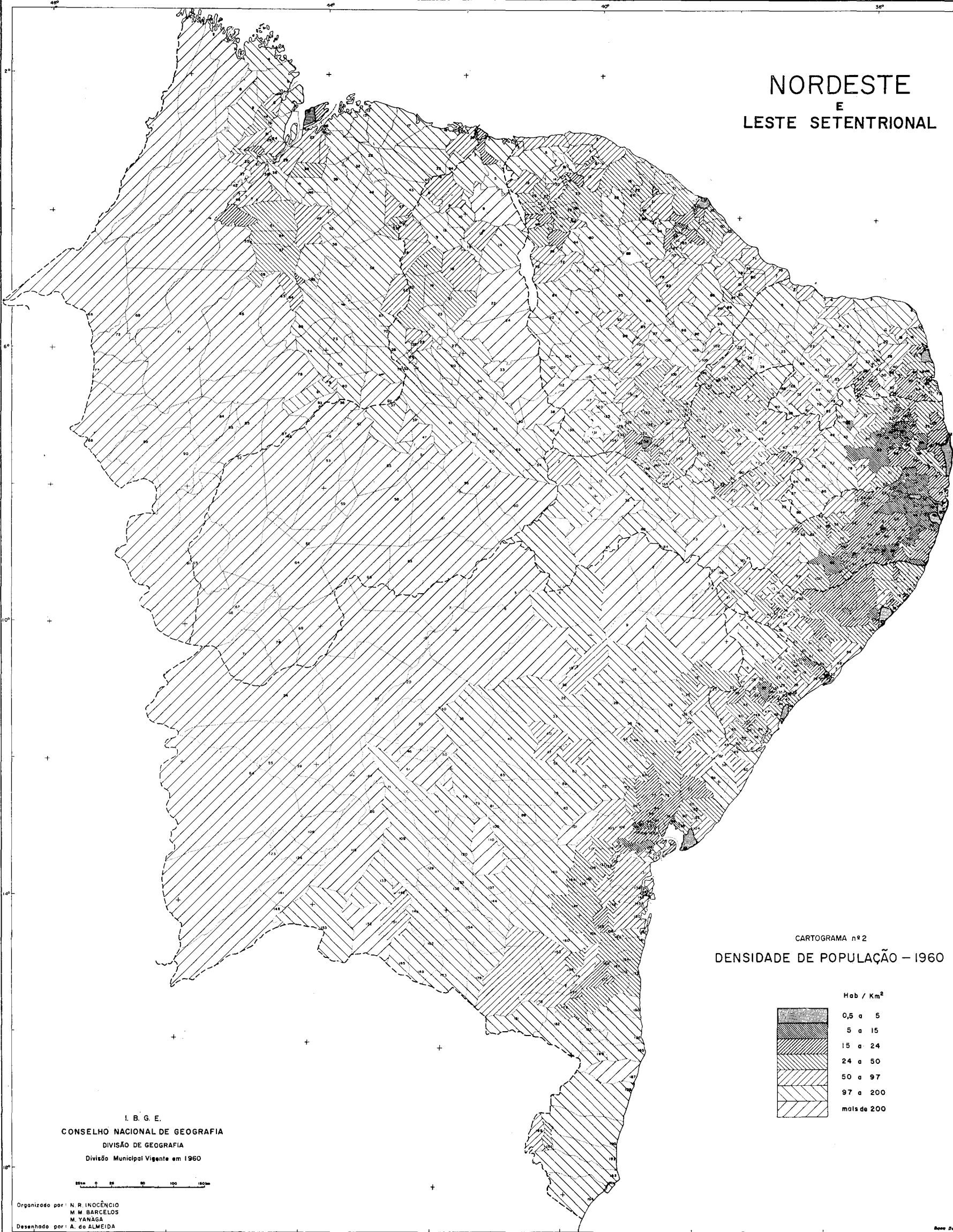
ESCALA










ESCALA



NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL



CARTOGRAMA nº 2
DENSIDADE DE POPULAÇÃO - 1960

Hab / Km ²	
	0,5 a 5
	5 a 15
	15 a 24
	24 a 50
	50 a 97
	97 a 200
	mais de 200

I. B. G. E.
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
Divisão Municipal Vigente em 1960



Organizado por: N. R. INOCÊNCIO
M. M. BARCELOS
M. YANAGA
Desenhado por: A. de ALMEIDA

O já conhecido grau de incipiente alfabetização do Nordeste e do Leste Setentrional ficou demonstrado, uma vez mais, pelo estudo das taxas de analfabetismo geral (porcentagem da população de mais de 5 anos que não sabe ler nem escrever), completada pela taxa de analfabetismo dos jovens (população analfabeta entre os 10 e 14 anos). Em sua quase totalidade, o índice de analfabetismo alcança taxas superiores a 59%, espelhando não só o número insuficiente das escolas, como também, o grau extremo de dispersão dos habitantes que, muitas vezes, não as podem freqüentar por morarem muito distanciados. Um estudo sobre o grau de instrução completa o primeiro (cartogramas 6 e 7).

Todos êsses aspectos descritos, estudados conjuntamente, levaram ao isolamento das *regiões de população* (cartograma n.º 8), em que o comportamento da população, estática e dinamicamente, é homogêneo, ou melhor, apresenta características gerais idênticas.

A Região Nordeste é uma das que possuem aspectos mais *sui generis* e, entre êstes, o que se torna logo mais evidente é a oposição fundamental, já assinalada, entre a faixa litorânea e o interior da região. Essa oposição já bastante conhecida pelos estudiosos do Nordeste, e que é baseada em condições físicas diversas entre as duas zonas, faz-se naturalmente sentir, com igual intensidade, nos aspectos sociais e econômicos. Todos os aspectos estudados levam, portanto, à separação entre um mundo que se denominou de "maior expressão do fenômeno urbano" e um outro "predominantemente rural", através da passagem paulatina por um "mundo de aspectos transitórios", à quantitativa e qualitativamente um desequilíbrio populacional entre essas três diferentes zonas, o qual é, aliás, um dos fatores que entravam o desenvolvimento dessa região, devido à irregularidade na distribuição das suas forças produtivas.

Zona de maior expressão do fenômeno urbano

A organização urbana da Região Nordeste e do Leste Setentrional é caracterizada por u'a maior concentração de núcleos na zona litorânea, hierarquicamente subordinada a Recife, metrópole do Nordeste e a Salvador, tocando-se as esferas de influência de ambos, aproximadamente, no limite entre os estados de Sergipe e Alagoas (PEDRO P. GEIGER: "Aspectos do fato urbano no Brasil"). É nesse trecho litorâneo comandado por Recife e Salvador que se encontra o maior número de cidades, ao passo que, nas zonas coordenadas por Fortaleza e São Luís, são elas bem menos numerosas.

A maior quantidade de núcleos urbanos, relativamente ao interior — caracterizado por um dispersão acentuada dos centros urbanos — é que levou à separação da zona considerada como "de maior expressão do fenômeno urbano", e não o caráter propriamente urbano dos núcleos, que é encontrado apenas nas maiores cidades. As demais características populacionais que se entrosam para diferenciar a zona litorânea são as densidades de população geralmente elevadas, embora variáveis; a estrutura urbana e rural apresentando menores taxas de dispersão dos habitantes, e um maior aparecimento das cidades com mais de 20 000 habitantes; as taxas de crescimento médio anual contrastantes, havendo-as pequenas, na maior parte dos municípios componentes da zona e grandes crescimentos nos das capitais, ocorrências de maiores porcentagens do pessoal ocupado na indústria e nos serviços; índices de juventude inferiores a 42% e, finalmente, melhores índices de alfabetização. A zona em que tais condições são encontradas é bem pouco representativa em relação à extensão da Região Nordeste.

Limita-se a uma faixa estreita que acompanha o litoral ou, melhor, a focos de concentração urbana, de extensão variável, que se sucedem ao longo da linha da costa, ocupando de modo geral as zonas fisiográficas da zona da mata e do litoral.

O primeiro aspecto a individualizar essas zonas são as densidades de população, mais elevadas que as do sertão. Esse traço comum, entretanto, não é encontrado de modo ininterrupto em toda a zona encarada; no Nordeste Ocidental, por exemplo, ressaltam zonas isoladas como "ilhas", separadas por extensas costas pouco povoadas, enquanto no Nordeste Oriental as densidades fortes abrangem áreas maiores. Essa diversidade de aspectos entre o Nordeste Ocidental e o Oriental, aliás, pode ser notada em vários outros aspectos estruturais da população, sem apagar, entretanto, o quadro geral da oposição básica entre o litoral e o sertão.

As densidades nessa faixa litorânea variam de 15 a mais de 500 hab/km², porém esses limites extremos não são encontrados com muita frequência; predominam as densidades de 24 a 75 hab/km². No Maranhão e Piauí as mais altas densidades só aparecem em São Luís e sua imediata proximidade e no município de Parnaíba; aliás, nesses dois estados, o "mundo urbano" vê-se extremamente reduzido. No litoral do Ceará já são comuns as densidades acima de 24 hab/km², porém a região litorânea não é uma área de população muito densa, desenvolvendo-se aí, apenas, uma policultura regular, na área, bastante interiorizada, da série Barreiras. É na zona agrícola abastecedora de Fortaleza que se elevam as densidades da população, nas serras de Baturité e Maranguape e no trecho mais úmido em torno da capital do estado (Caucaia, Maranguape, Pacoti, Baturité). No litoral setentrional seco e dunoso do Rio Grande do Norte a população, uma vez mais, se torna pouco densa. É de Natal para o sul, até Maceió, que as densidades superiores a 50 hab/km² vão constituir uma zona quase contínua, correspondente à fértil e chuvosa zona da mata, apresentando sua expressão máxima no estado de Pernambuco. Essas densidades elevadas só voltam a se repetir, grosso modo, na zona de Aracaju e no Recôncavo; neste último são condicionadas, especialmente, pela pequena propriedade fumageira. As mais fortes densidades, porém, as superiores a 200 hab/km², só caracterizam os municípios sedes das capitais ou das grandes cidades litorâneas.

Uma primeira conclusão a que se pode chegar é, portanto, a de que o peso da população urbana é um dos principais fatores para a elevação das densidades totais da população nesse trecho, explicando as fortes densidades da zona do Recife e de Salvador e de suas zonas periurbanas, assim como dos principais municípios da mata em Pernambuco (Catende, Barreiras) e do Recôncavo (Cruz das Almas, Nazaré, etc.) além das de Fortaleza, São Luís e das outras capitais estaduais (com exceção de Teresina). As variações das densidades correspondem, igualmente, aos sistemas agrários encontrados nas zonas; e até dentro de um mesmo sistema agrário podem ser encontradas gradações correspondentes ao grau de intensidade com que é realizada essa atividade econômica, razão que explica as densidades maiores da mata pernambucana em relação à paraibana, por exemplo. De fato, nesta última, a mata limita-se aos grandes vales como o do Paraíba e o do Mamanguape, escasseando as densidades nos trechos ocupados pelos tabuleiros terciários, o que diminui as densidades totais da população dos municípios da zona. Dentro da zona agrícola mais densamente povoada verifica-se que a policultura comercial em pequenas propriedades da zona ao pé do escarpamento da Borborema, é que condiciona os maiores adensamentos populacionais (97 a 200 hab/km²) enquanto a mata, monocultora de cana-de-açúcar em propriedades grandes e médias, possui densidades oscilantes entre 50 e 97 hab/km².

Os índices da população dispersa e da população aglomerada realizam também, grosso modo, a separação da "zona de maior expressão do fenômeno urbano", isolada pelas taxas de dispersão da população inferiores a 55% e por u'a maior ocorrência, — bastante comum, das proporções apreciáveis de cidades médias ou grandes. As taxas de dispersão inferiores a 35% só aparecem nas capitais estaduais, com exceção de Teresina, e as variáveis entre 55 e 35% caracte-

rizam as zonas que sofrem mais a influência das grandes cidades — área muito restrita em relação ao todo regional. No Nordeste Ocidental, apenas São Luís e Parnaíba apresentam êsse índice, traduzindo a intensa ruralização da população, ligada às principais atividades econômicas e aos métodos rotineiros pelos quais são realizados. A organização urbana também demonstra o predomínio da vida rural e a incipiente vida urbana, constatando-se comumente as fortes proporções de cidades pequenas e médias, de papel bastante apagado, inclusive a própria cidade de São Luís que tem visto sua importância econômica diminuída, pois a maior parte do seu comércio é capturada pelas rodovias que atravessam o centro e o sul do Maranhão e do Piauí, integrando-o na órbita econômica do Recife.

No Ceará situa-se o terceiro centro urbano da região estudada, Fortaleza, que já apresenta um certo desenvolvimento industrial — embora ainda não suficiente para a absorção da população que aí se fixa devido às secas periódicas, — e certos padrões modernos da vida urbana, como o crescimento vertical observado em seu centro. Na faixa litorânea dêste estado, porém, os únicos municípios a apresentarem uma taxa de dispersão da população menor são os de Camocim e Aracati, cujas sedes desenvolveram-se como portos. Assim também os portos salineiros de Areia Branca e Macau se sobressaem no litoral setentrional do Rio Grande do Norte.

De Natal para o sul, no litoral oriental do Nordeste, aparecem freqüentemente as taxas de dispersão de população relativamente fracas, complementadas pelas fortes proporções de cidades médias ou grandes. Êsses fatos refletem condições de vida agrária idêntica, em que o índice de dispersão da população não é tão intenso, já pela freqüência de atividades pesqueiras aglomerando a população do litoral, já por sofrer a influência concentradora da agroindústria do açúcar da zona da mata. Há nessa zona, uma certa identidade de aspectos que caracterizam as cidades. Isso é observado quanto às funções mais comuns dos núcleos — industriais, portuárias, administrativas, bancárias, culturais, nas capitais, e comerciais e industriais, embora de desenvolvimento apenas regular, nas outras cidades. Há também semelhanças quanto ao sítio dos núcleos — portos litorâneos, ou, então, núcleos desenvolvidos no ponto de contato entre a parte navegável dos baixos cursos dos rios da zona da mata e o seu trecho temporário do agreste, concentrando e exportando a produção açucareira; ou, ainda, no contato entre a mata e o agreste, em Pernambuco, e entre a mata e o Brejo, na Paraíba. Também quanto às suas proporções êsses núcleos se assemelham, pois a maioria é de dimensões medianas, desproporcionadas em relação a Recife. O número de núcleos industriais é aí muito pequeno*. As capitais estaduais — Natal, João Pessoa, Maceió — cidades-portos de instalações precárias, não possuem ainda autonomia e feição urbana moderna, estando subordinadas a Recife.

Como seu núcleo de subúrbios industriais e residenciais de Paulista, Olinda e Jaboatão, Recife é a maior expressão do fato urbano de todo o Nordeste e, mesmo, do Leste Setentrional. É o grande empório comercial, o centro industrial, cultural e bancário da região; beneficiada pela abertura dos novos eixos de circulação rodoviária do Nordeste, aumentou grandemente sua população (3.^a cidade do país) ultrapassando Salvador.

Do litoral de Alagoas para o sul já vão rareando as fortes proporções da população aglomerada superiores a 5 000 habitantes, para novamente surgirem em tórno do Recôncavo, região em que uma outra rede urbana se esboça, coordenada por Salvador. O fenômeno urbano no Recôncavo tem menor importância do que o observado no Nordeste oriental; são poucos os seus centros urbanos de categoria, sobressaindo Feira de Santana e Alagoinhas, Cachoeira e São Félix; Nazaré e Santo Amaro possuem bem menor importância.

* (Rio Tinto, na Paraíba, Paulista em Pernambuco, Rio Largo em Alagoas).

A pequena taxa de dispersão da população do município de Salvador corresponde à concentração urbana aí verificada; em 1950, era Salvador a 4.^a cidade do Brasil. Embora não tendo acompanhado a atual expansão metropolitana de Recife, Salvador é um núcleo de grandes proporções; o processo de industrialização desse núcleo é menor que o que se verifica em Recife, perdendo, por isso, importância a sua esfera de influência. Apesar disso, continua sendo a capital econômica de uma larga região, assegurada pelos melhoramentos portuários, e apresenta aspectos de verdadeira urbanização, especialmente o zoneamento dos bairros residenciais, comerciais, industriais, etc.

Após um hiato, em direção ao sul, voltam novamente as taxas de dispersão da população rural relativamente menores, embora grandemente distanciadas da observada em Salvador, caracterizando a zona cacauzeira, em que Ilhéus e Itabuna desempenham as funções de centros regionais.

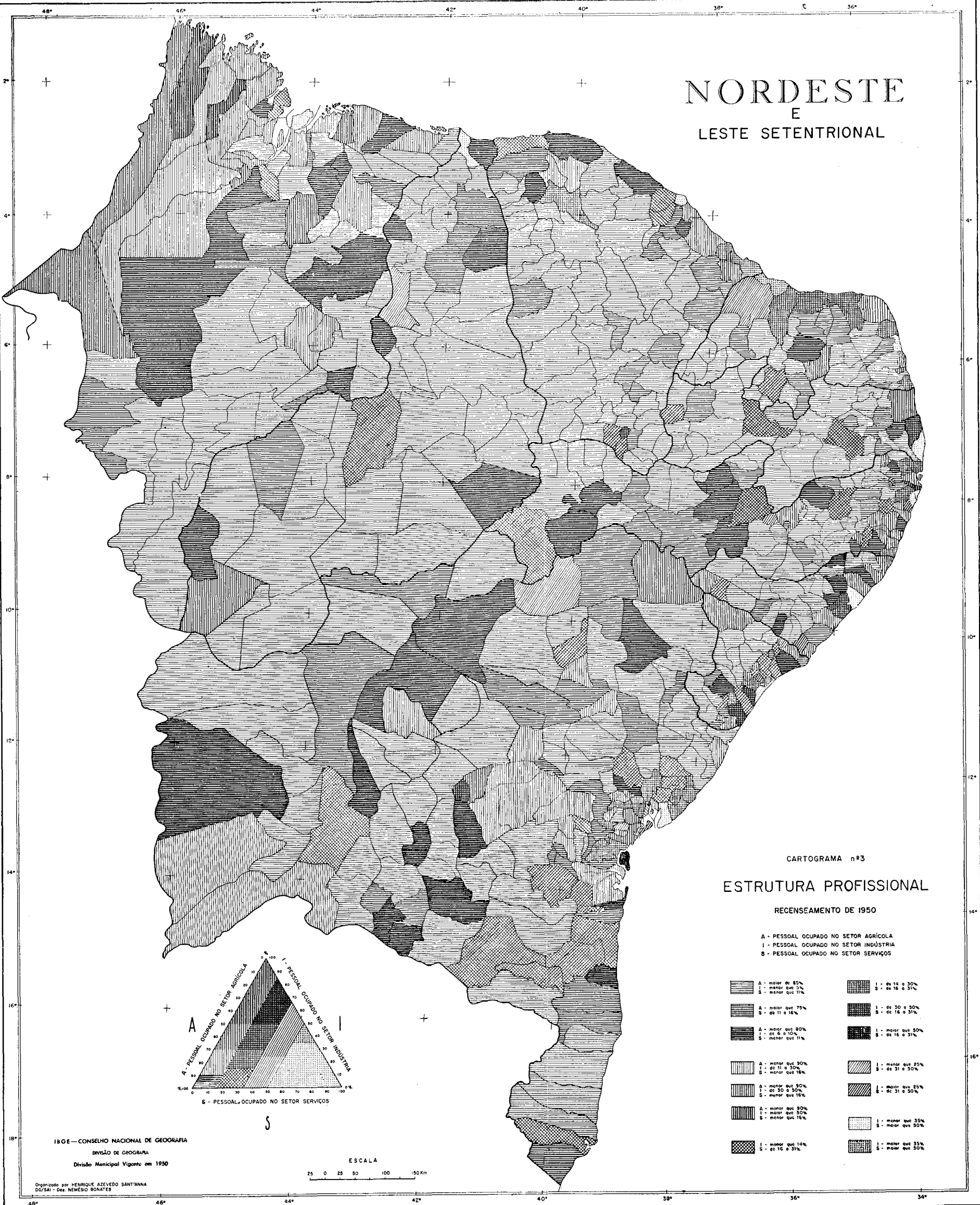
Por essa ligeira descrição das principais zonas de taxas relativamente fracas da população dispersa e das proporções medianas ou fortes da população aglomerada (estas últimas restritas a áreas isoladas de pequena extensão) pode-se verificar a exigüidade, no Nordeste e Leste Setentrional, da zona em que o fato urbano sobressai. Apesar de existirem, no interior, alguns núcleos que se destacam do conjunto, pelo seu maior desenvolvimento, é apenas nessa faixa descontínua e estreita que a população urbana, ou aglomerada, representa realmente algo na paisagem. Os poucos núcleos industriais aí se localizam, assim como, as poucas numerosas cidades que possuem aspectos verdadeiramente urbanos e padrões modernos, como o zoneamento ou o crescimento vertical que, no sul e sudeste do país, são fato comum a um número relativamente grande de cidades.

O estudo das taxas de população dispersa e da aglomerada é essencial na caracterização da "zona de maior expressão do fenômeno urbano", especialmente se forem comparadas essas taxas aos diferentes tipos de atividades profissionais médias dos municípios locais. A nosso ver, apenas as taxas inferiores a 35% de dispersão da população dão idéia de uma verdadeira urbanização; isolam as capitais dos estados de Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia; em Pernambuco, além do município da capital, caracterizam os de Paulista e Jaboatão; em Alagoas, além de Maceió, Penedo, Pôrto Real do Colégio e, em Sergipe, Aracaju, e Estância. Nestes dois últimos estados, as taxas inferiores a 35% verificadas nos municípios que não são sedes de capitais estaduais, devem-se ao fato de a população municipal, relativamente reduzida, (trata-se de municípios de área muito pequena) estar quase toda concentrada na sede municipal.

As taxas de 35 a 55% de dispersão da população são encontradas em municípios cujas sedes são cidades ativas, tendo, portanto, uma proporção de população rural pequena. Surgem em municípios como o de Parnaíba, Mossoró, Santa Rita, Aliança, Moreno, Rio Largo, Pilar, Alagoinhas, Cachoeira e Nazaré, devendo-se às atividades comerciais e portuárias, algumas vezes, industriais, outras, sempre em proporção menor do que as observadas nas capitais estaduais, porém já sendo suficientes para realizar uma regular concentração da população urbana. As taxas de 55 a 70% ainda revelam um certo desenvolvimento da população urbana, pequeno, é verdade, porém, bem superior ao tipo observado no interior da Região, o que levou à sua integração na faixa do "mundo urbano" do Nordeste. É o caso de Ilhéus e Itabuna, de algumas cidades da Mata, de Mamanguape, na Paraíba, onde a população industrial de Rio Tinto, distrito daquele município em 1950, apesar de suas proporções bastante grandes, ficou mascarada no conjunto da população total.

O que se verifica é uma desproporção entre os municípios-sede das capitais estaduais, especialmente de Recife, Fortaleza e Salvador e os demais núcleos urbanos da zona. Na zona de Recife e seus prolongamentos industriais e

NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL

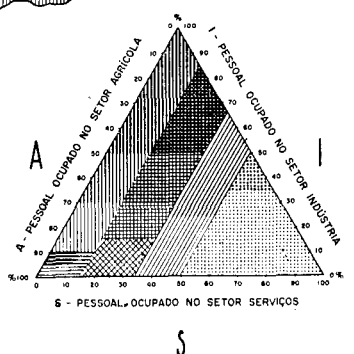


CARTOGRAMA n°3

ESTRUTURA PROFISSIONAL

RECENSEAMENTO DE 1950

- A - PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGRÍCOLA
- I - PESSOAL OCUPADO NO SETOR INDÚSTRIA
- S - PESSOAL OCUPADO NO SETOR SERVIÇOS



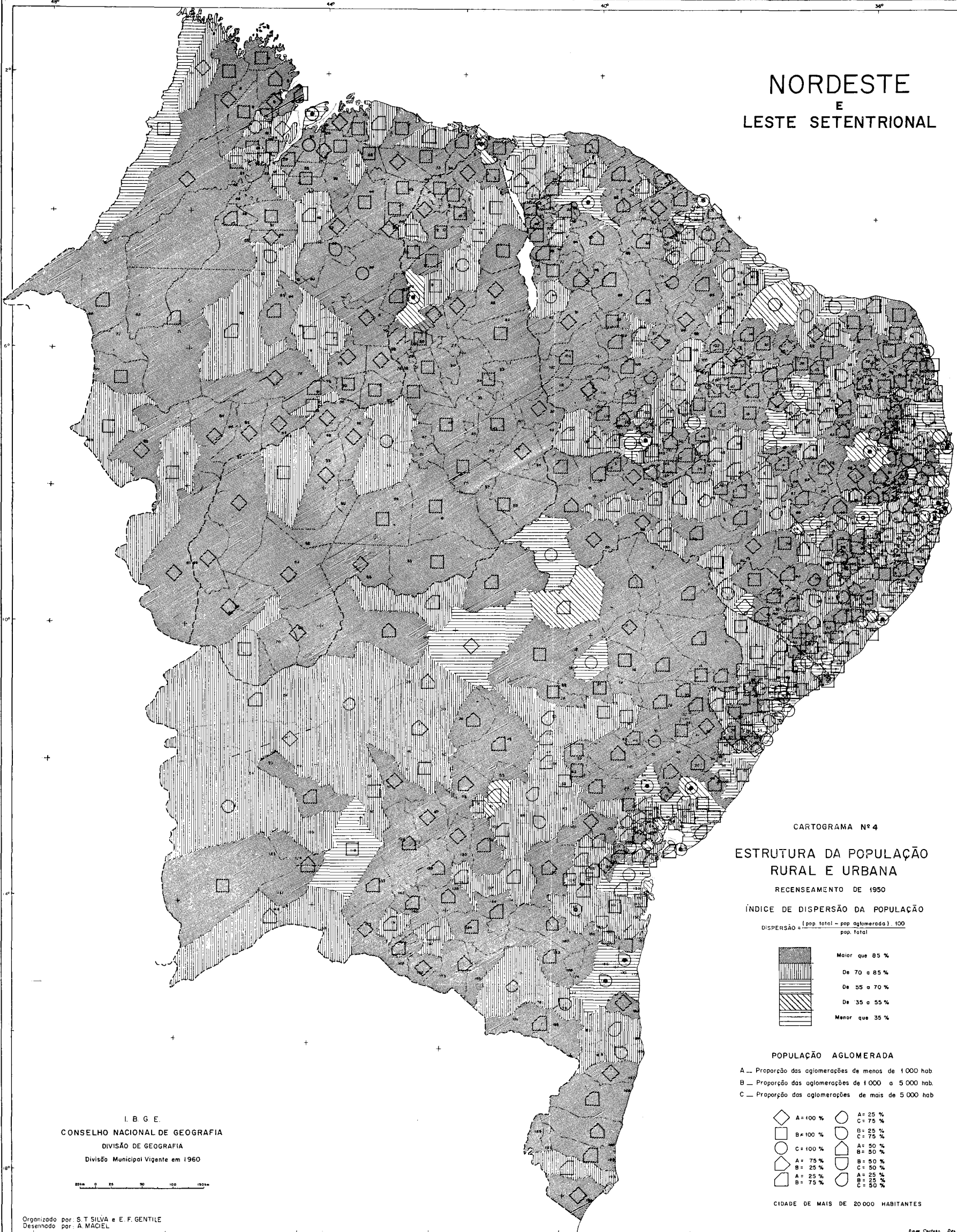
	A - maior que 85% I - menor que 5% S - menor que 10%		I - de 14 a 30% S - de 16 a 31%
	A - maior que 75% I - de 11 a 16% S - menor que 11%		I - de 30 a 50% S - de 16 a 31%
	A - maior que 60% I - de 6 a 10% S - menor que 11%		I - maior que 50% S - de 16 a 31%
	A - maior que 50% I - de 11 a 30% S - menor que 16%		I - menor que 25% S - de 31 a 50%
	A - maior que 30% I - maior que 50% S - menor que 15%		I - maior que 25% S - de 31 a 50%
	A - maior que 30% I - maior que 50% S - menor que 15%		I - menor que 35% S - maior que 50%
	I - maior que 14% S - de 16 a 31%		I - maior que 35% S - maior que 50%

IBGE - CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
Divisão Municipal Vigente em 1950

ESCALA
25 0 25 50 100 150 Km

Organizada por HENRIQUE AZEVEDO SANT'ANNA
DG/SAI - Des. NEMÉSIO BONATES

NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL



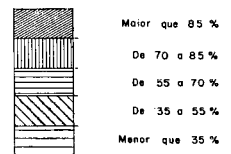
CARTOGRAMA Nº 4

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA

RECENSEAMENTO DE 1950

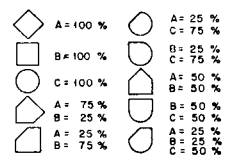
ÍNDICE DE DISPERSÃO DA POPULAÇÃO

$$\text{DISPERSÃO} = \frac{(\text{pop. total} - \text{pop. aglomerada}) \cdot 100}{\text{pop. total}}$$



POPULAÇÃO AGLOMERADA

- A — Proporção das aglomerações de menos de 1 000 hab.
- B — Proporção das aglomerações de 1 000 a 5 000 hab.
- C — Proporção das aglomerações de mais de 5 000 hab.



CIDADE DE MAIS DE 20 000 HABITANTES

I. B. G. E.
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
Divisão Municipal Vigente em 1960

0 50 100 150 km

residenciais, por exemplo, está concentrada grande parte da população urbana do estado de Pernambuco ocorrendo fato idêntico em Salvador, em relação ao Recôncavo. Há um agigantamento dos aspectos urbanos em poucos centros, em detrimento dos demais núcleos, os quais não se desenvolvem, justamente, devido ao atrativo representado por esses focos orientadores do movimento rural-urbano.

Outra característica típica dessa faixa, que contorna a periferia norte-oriental do Nordeste e do Leste Setentrional, é o contraste entre a ocorrência comum de taxas de crescimento médio anual pequenas e, mesmo, de alguns decréscimos populacionais, com outras de crescimento médio bastante vigoroso. Esses aspectos, verificados entre os censos de 1920/1950 têm-se, por vêzes, repetido de 1950 a 1960, confirmando ser essa uma zona que, por vários motivos mostra-se pouco propensa ao crescimento intenso da população.

Os municípios-sede das capitais estaduais têm, pelo contrário, apresentado crescimento bastante vigoroso, superior a 3% de crescimento médio anual. Nesses núcleos, porém, as condições são especiais. Em primeiro lugar, por seu desenvolvimento cultural, industrial e comercial, são como que focos atrativos do movimento rural-urbano a que se aludiu acima. Esse movimento intenso é observado não só nas capitais como, também, em muitas das maiores cidades da mata, do agreste e dos brejos, que desempenham, em menor escala, idêntica função atrativa. Entretanto, é nas capitais que tal fato se torna mais evidente, criando problemas pela não absorção, no mercado local, da grande massa da população imigrante, aspecto que exorbita em Recife e Salvador.

As migrações internas são, na realidade, o fator mais certo a ser invocado para o crescimento médio anual que vem sendo observado nas capitais, uma vez que a natalidade, sendo bem mais reduzida nos centros urbanos, o crescimento vegetativo pouco intenso não poderia explicar essas elevadas taxas.

É nas zonas que imediatamente se seguem às capitais, circundando-as, que se vão encontrar pequenas áreas formadas por municípios, apresentando diminuição em seu efetivo populacional no período de 1920 a 1950, ou crescimentos pequenos entre 0% e 1,5%. Esse fato é apreciável nas zonas satélites das capitais do Nordeste Oriental, deixando de se fazer sentir, porém, em São Luís, Teresina e Fortaleza. De 1920 a 1950 os fenômenos entrelaçados da urbanização e da industrialização começavam a se esboçar nos principais núcleos urbanos da região, exercendo estes considerável influência como concentradores da população circunvizinha; enquanto no decênio seguinte esses parques industriais, já constituídos, passaram a transbordar, criando zonas periurbanas satélites, abastecedoras dos núcleos principais e autônomas quanto ao crescimento da população. A zona de Recife é, positivamente, adequada à ilustração desse fato; já desde 1920 para 1950 toda a zona periurbana apresentou aumentos médios entre 1,5 e 3%, que se confirmaram e mesmo intensificaram em Jaboatão e Olinda, sinal do amadurecimento do organismo urbano local. Já na zona periférica de Salvador os aumentos expressivos passaram a dar-se de 1950 a 1960, tendo, entretanto, começado a esboçar-se desde 1940.

Imediatamente após os núcleos das capitais e das suas zonas periurbanas, desenvolve-se uma faixa que se estende quase sem interrupção da Paraíba à Bahia, abrangendo municípios da mata e estendendo-se para o interior. Diferença da anteriormente analisada por ser zona de pequenos acréscimos populacionais, (até 1,5% de crescimento médio anual) o que se deve, justamente, ao fato de ser esta uma área fornecedora das correntes de imigrantes para os grandes centros urbanos do litoral ou para as regiões meridional e centro-ocidental do país. Embora inferior ao crescimento vegetativo estimado do Nordeste, 2%, verificar-se-á que esse crescimento é suficiente para compensar as saídas, embora fortes, da população, dando crescimentos médios anuais pequenos.

No Nordeste Ocidental essa faixa contínua não chega a ser observada, a não ser em trechos isolados, o que vem demonstrar, ainda uma vez, as diferenças típicas no comportamento da população dos chamados "dois nordestes".

Na mata, o que se observa é que a antigüidade do povoamento, criando problemas de exaustão do solo, de fraco rendimento da produção, de forma de ocupação da terra e de sua exploração, cria condições propícias ao êxodo da população. Entre os tipos seminômades dessa região estão os "corumbas", que afluem à mata na época de moagem das usinas, e que, após, ficam sem trabalho. Localmente, ao lado do desemprego, os salários são baixos, forçando a população a deslocar-se para as regiões mais promissoras do sul e sudeste ou para os núcleos litorâneos.

Quanto às taxas de incremento anual médio, os aspectos observados são variados, sendo a zona caracterizada por uma típica migração rural-urbana.

Uma das causas que contribuem para o afluxo de população para o litoral é, certamente, o oferecimento de melhores salários possibilitados pela indústria ou pelas atividades urbanas, representadas pelos "serviços" e as demais profissões típicas do setor terciário da população. É assim que se verifica mais uma correspondência de aspectos na zona litorânea. A estrutura profissional é aí mais diversificada que no interior e, se em uma área ainda bem extensa, o setor da população agrícola se sobressai do conjunto da população ativa, em porcentagens ainda apreciáveis, notam-se núcleos em que há maior ênfase da indústria e dos serviços. Esses núcleos ocupam áreas restritas e são em número reduzido demonstrando que a urbanização, como a industrialização, são ainda incipientes no Nordeste, embora se encontrem em expansão.

O fato, já conhecido, da extrema ruralização do chamado Meio-Norte, é mais uma vez demonstrado pelo estudo das estruturas profissionais. Aí, só em muito poucos municípios da sua zona litorânea se encontra maior projeção dos serviços e das indústrias de transformação; predominam largamente a indústria extrativa e a agricultura. Os serviços e a indústria surgem nos municípios em que se desenvolveram cidades-portos de apreciável esfera de influência: São Luís, Parnaíba, Camocim, assim como no Nordeste Oriental: Aracati, Areia Branca e Macau, onde as porcentagens de população ativa empregada naquelas atividades é variável, (vide cartograma n.º 4) a elas somando-se, nas capitais, porcentagens consideráveis das profissões administrativas.

Notam-se ainda, no litoral setentrional, zonas relativamente extensas, com um tipo de estrutura profissional homogênea, (municípios em azul no cartograma) apresentando de 31 a 50% da população ocupados na indústria; as principais ocorrências são assinaladas no litoral ocidental do Maranhão e em municípios da costa do Ceará e Rio Grande do Norte. No primeiro caso, essas porcentagens da população ocupada na indústria, bastante altas, não denotam desenvolvimento econômico e sim uma dedicação exclusiva da população, pouco numerosa e seminômade, à indústria extrativa do ouro, do manganês, à pesca ou, ainda, à indústria extrativa vegetal. No segundo caso, trata-se da indústria extrativa do sal, condicionada pelas condições físicas favoráveis e variáveis em sua intensidade, atingindo o seu grau máximo em Areia Branca. O caso deste município (60% da população ativa nas salinas, 30% nas atividades portuárias) exemplifica uma concentração máxima da população nessas atividades, uma verdadeira especialização profissional. A participação da agricultura é mínima, aumentando nos trechos em que se pratica a lavoura, embora rotineira, dos tableiros terciários litorâneos.

Do litoral do Rio Grande do Norte para o sul os aspectos comuns da qualificação profissional da população são encontrados em quase todos os municípios. Em geral, o que se verifica, são trechos com uma estrutura típica, conferida pela agro-indústria do açúcar, estrutura econômica que se repete na

mata de Pernambuco, trechos da de Alagoas e de Sergipe e no Recôncavo. Entretanto, a participação da indústria é variável de acordo com o maior ou menor grau de especialização de cada zona: tornada homogênea pelas porcentagens entre 11 e 30% de população ocupada na indústria, a mata de Pernambuco apresenta uma concentração industrial maior do que os demais trechos litorâneos de organização do espaço agrícola semelhante em Alagoas e Sergipe; aí a maioria dos municípios da mata não chega a ingressar nessa categoria, apresentando em geral menos de 10% da população ativa ocupada na indústria. No Recôncavo, a zona de estrutura profissional com 11 a 30% de indústria é mais ligada à indústria do fumo, que ultrapassa, nesse particular, a cana-de-açúcar.

Trechos com idênticas porcentagens de pessoal ocupado na indústria revelam, portanto, uma diferente estrutura profissional no litoral setentrional e oriental do Nordeste.

Do aparecimento comum de municípios que apresentam essas taxas de uma certa expressão industrial — embora se trate da indústria baseada nos produtos agrícolas — ressaltam núcleos menores em que a indústria passa a ser a de transformação e onde o desenvolvimento cultural, administrativo e comercial se traduz na expansão dos serviços urbanos; indústria e serviços, assim, combinam-se, para dar a especialização profissional típica das capitais estaduais (com variações quanto ao grau de desenvolvimento de cada uma) e de alguns dos principais núcleos litorâneos.

As porcentagens dos serviços superiores a 50% assinalam os maiores centros culturais, hospitalares, de transportes, administrativos, etc.; as variáveis entre 30 e 50% assinalam as zonas periurbanas das principais capitais nordestinas.

As indústrias são diversificadas; apesar disso, com exclusão do Recife, cujo parque industrial se acha em plena expansão, mesmo em Fortaleza e Salvador a capacidade industrial é ainda relativamente pequena. Os ramos industriais são o das indústrias alimentares, a do vestuário, as têxteis, as químicas e farmacêuticas, a do mobiliário, as editoriais e gráficas, avultando sempre as baseadas nos principais produtos agrícolas da região.

Assim, percebe-se que a faixa descontínua do “mundo urbano” apresenta ainda maior fragilidade, quanto aos aspectos estruturais profissionais da população, do que quanto aos anteriormente examinados, pois as porcentagens expressivas das atividades consideradas como exprimindo a vida urbana, só são encontradas em trechos reduzidos, em núcleos pouco numerosos; as indústrias ainda são, mais freqüentemente, as de transformação dos produtos agrícolas, ou o artesanato; a pobreza do setor serviços espelha ainda uma vida urbana pouco desenvolvida, apesar dos aumentos havidos nas proporções da população urbana nessa região. Em geral, a maior parte do pessoal ocupado nos serviços se dedica ao comércio de mercadorias. Apesar disso, relativamente ao interior do Nordeste e do Leste Setentrional, essas taxas-limites têm significação toda especial; evidenciam a passagem para uma estrutura sócio-econômica diversa, mais desenvolvida.

Essa transformação também é sentida sob outro aspecto, o dos índices de juventude, que fornecem um dos traços mais marcantes da distribuição etária da população. Sob esse ponto de vista, a faixa litorânea é sensivelmente menos “jovem” que o interior; embora as proporções da população em idade infantil e adolescente sejam ainda consideráveis, são muito menores que no restante da região. As taxas inferiores a 42% da população em idades adolescentes são as mais encontradas, ao lado das taxas mais comuns de 12 a 17% de crianças. Nos municípios das capitais e naqueles que são diretamente influenciados por elas, as taxas de jovens são inferiores a 39%, bastante baixas se comparadas à taxa geral do país (52% de jovens).

São conhecidas as menores taxas de natalidade verificadas nas cidades, devido principalmente ao controle voluntário da prole, assim como à idade média do casamento mais adiantada e à maior proporção de solteiros. Porém parece certo afirmar que o fato de maior influência é o papel desempenhado por essas cidades como centro da convergência das correntes de migrações internas, em que sobressaem os indivíduos em idades adultas, diminuindo as porcentagens de jovens e de crianças. Entretanto, é apenas nas grandes cidades litorâneas que isso se faz sentir, nas sedes de municípios em que a população urbana pesa realmente mais do que a rural, sendo raramente encontradas no interior: são, além disso, mais frequentes as taxas fracas no Nordeste Oriental, mais aberto ao meio de vida e às influências modernas e mais industrializado, enquanto no Nordeste Ocidental as taxas ou índices de juventude características do "mundo urbano" são encontrados apenas em São Luís, não chegando, mesmo, a caracterizar Teresina.

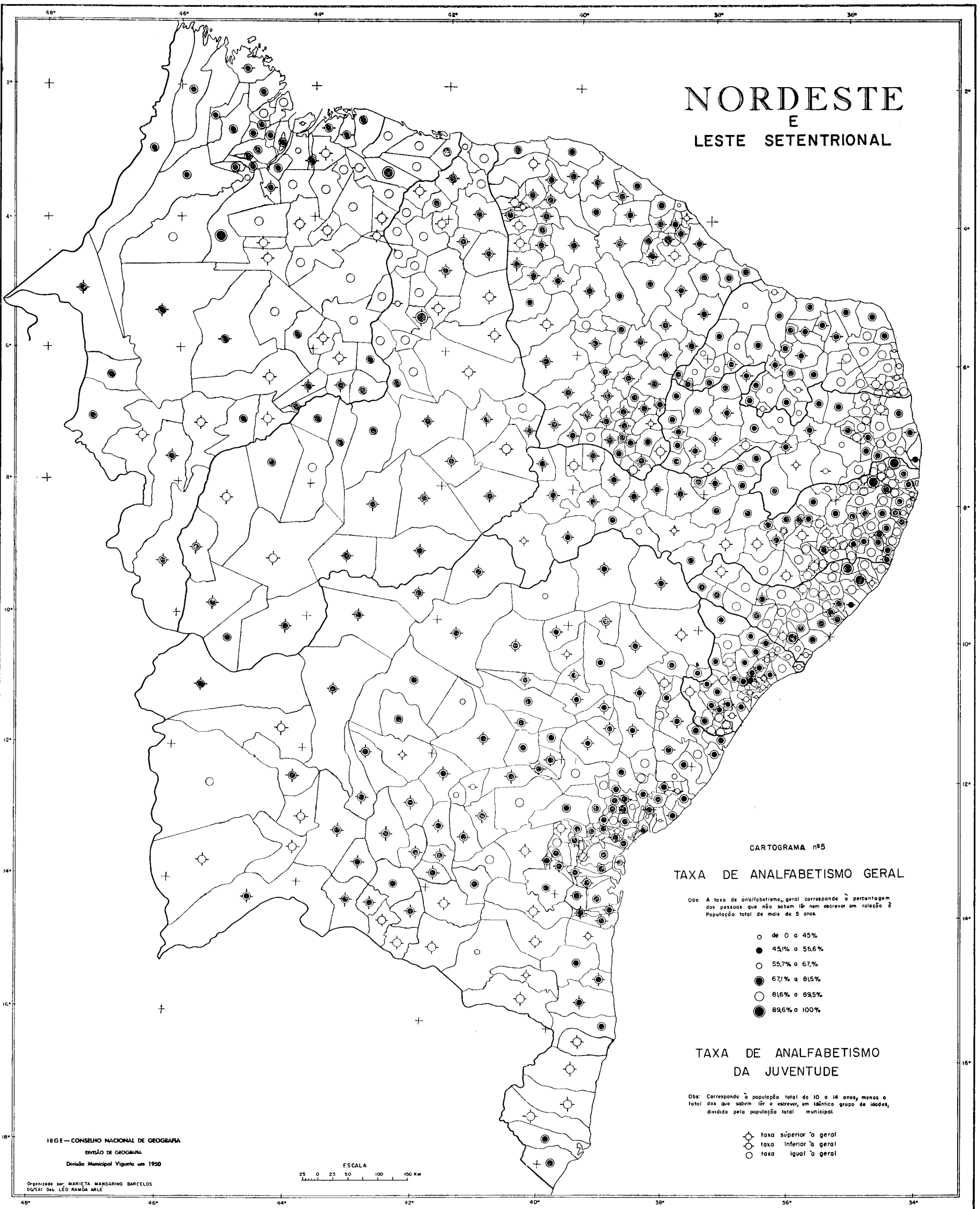
Seria de desejar que esses estudos pudessem merecer uma interpretação mais segura, o que, entretanto, é dificultado pela carência dos dados de natalidade e de mortalidade, como, aliás, de quase todos os dados que se referem ao estudo da população.

O grau de instrução é outro aspecto que torna bem diversa a faixa litorânea do interior (vide cartogramas ns. 6 e 7). O problema de alfabetização no Nordeste e Leste Setentrional é dos mais graves, aliás; o número de escolas é insuficiente, a população jovem é, desde cedo, obrigada a auxiliar nos trabalhos da lavoura e, além disso, a extrema dispersão dos habitantes impede-os, muitas vezes, de frequentar as escolas. Estes fatores, conjugados, explicam as elevadas taxas de analfabetismo, geralmente encontradas na região, que são, por vezes, gravadas pelas taxas que se calcularam para conhecer o analfabetismo dos jovens.

Como é natural, as facilidades geradas pelo maior número de escolas, pela qualidade do ensino e, mesmo de sua especialização, promovem taxas maiores do índice de alfabetização na região litorânea. O maior número de cidades, com seus serviços escolares mais desenvolvidos, promove o aparecimento de taxas de analfabetismo, que podem ser consideradas fracas em relação ao todo regional, embora sejam bastante elevadas para o nível de outras regiões do país. As inferiores a 45% só são encontradas nas capitais estaduais, os melhores centros culturais da região, entre os quais se destaca Recife com 39,68% de analfabetos em 1950; esse município possuía o maior número de estabelecimentos escolares, destacando-se também quanto ao grau de instrução elementar e superior (vide cartograma n.º 7). Logo às proximidades de Recife o grau de instrução decresce rapidamente, — a não ser em Olinda 43,60% de analfabetos) — pois já Paulista e Jaboatão possuem mais de 60% de analfabetos. Salvador ainda possui melhor índice que Recife, apresentando 31% de analfabetos; as demais capitais possuem taxas de analfabetismo bem maiores que as de Recife e Salvador, embora relativamente baixas. Assim também os principais núcleos portuários já examinados destoam do conjunto pouco alfabetizado; as suas taxas de analfabetismo da juventude são, igualmente, quase sempre inferiores às de analfabetismo da população total.

O que se nota, porém, é que, imediatamente após os principais núcleos de vida urbana do litoral, as taxas de analfabetismo vão se agravando. Na zona da mata, por exemplo, há municípios com taxas de mais de 80% de analfabetos, pois justamente nessas áreas mais populosas, o número de escolas não chega a cobrir as necessidades da população. Já o cartograma do grau de instrução mostra, claramente no litoral, a existência de maior número de pessoas com instrução superior, do que no sertão, embora este número seja irrisório; aí também pode ser notada a influência das cidades importantes. As capitais esta-

NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL



CARTOGRAMA nº5

TAXA DE ANALFABETISMO GERAL

Obs: A taxa de analfabetismo, geral corresponde à percentagem das pessoas que não sabem ler nem escrever em relação à População total de mais de 5 anos.

- de 0 a 45%
- 45,1% a 55,6%
- 55,7% a 67%
- 67,1% a 81,5%
- 81,6% a 89,5%
- 89,6% a 100%

TAXA DE ANALFABETISMO DA JUVENTUDE

Obs: Corresponde à população total de 10 a 14 anos, menos a total dos que sabem ler e escrever, em idêntico grupo de idade, dividida pela população total municipal.

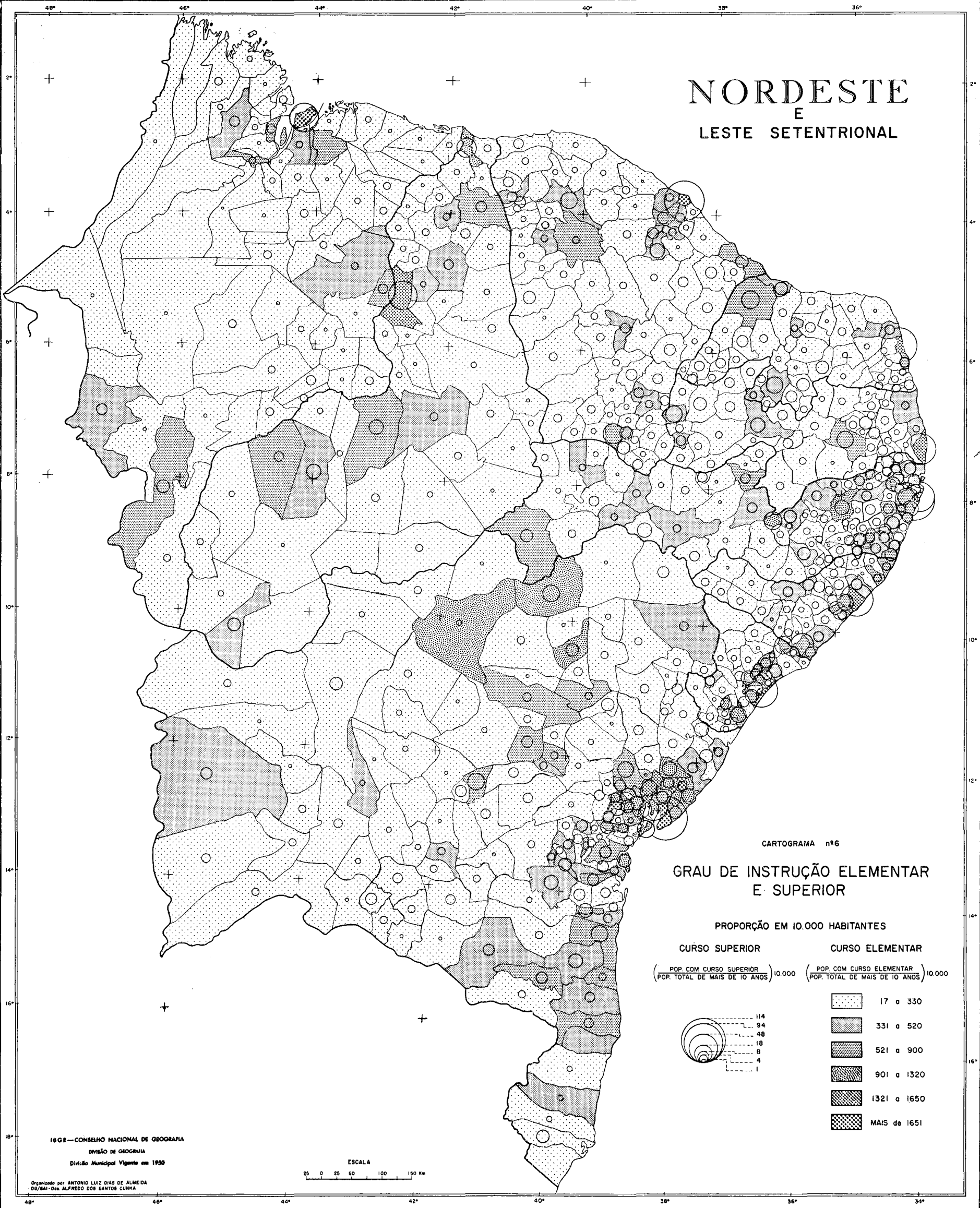
- ⊕ taxa superior à geral
- ⊖ taxa inferior à geral
- ⊙ taxa igual à geral

IBGE — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
Divisão Municipal Vigente em 1950

ESCALA
25 0 25 50 100 150 Km

Organizado por: MARIETA MANDARINO BARCELOS
Desenhado por: LEO RAMGA ARLE

NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL



CARTOGRAMA nº6

GRAU DE INSTRUÇÃO ELEMENTAR E SUPERIOR

PROPORÇÃO EM 10.000 HABITANTES

CURSO SUPERIOR	CURSO ELEMENTAR
$\left(\frac{\text{POP. COM CURSO SUPERIOR}}{\text{POP. TOTAL DE MAIS DE 10 ANOS}} \right) 10.000$	$\left(\frac{\text{POP. COM CURSO ELEMENTAR}}{\text{POP. TOTAL DE MAIS DE 10 ANOS}} \right) 10.000$



- | | |
|--|--------------|
| | 17 a 330 |
| | 331 a 520 |
| | 521 a 900 |
| | 901 a 1320 |
| | 1321 a 1650 |
| | MAIS de 1651 |

IBGE — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
Divisão Municipal Vigente em 1950

ESCALA

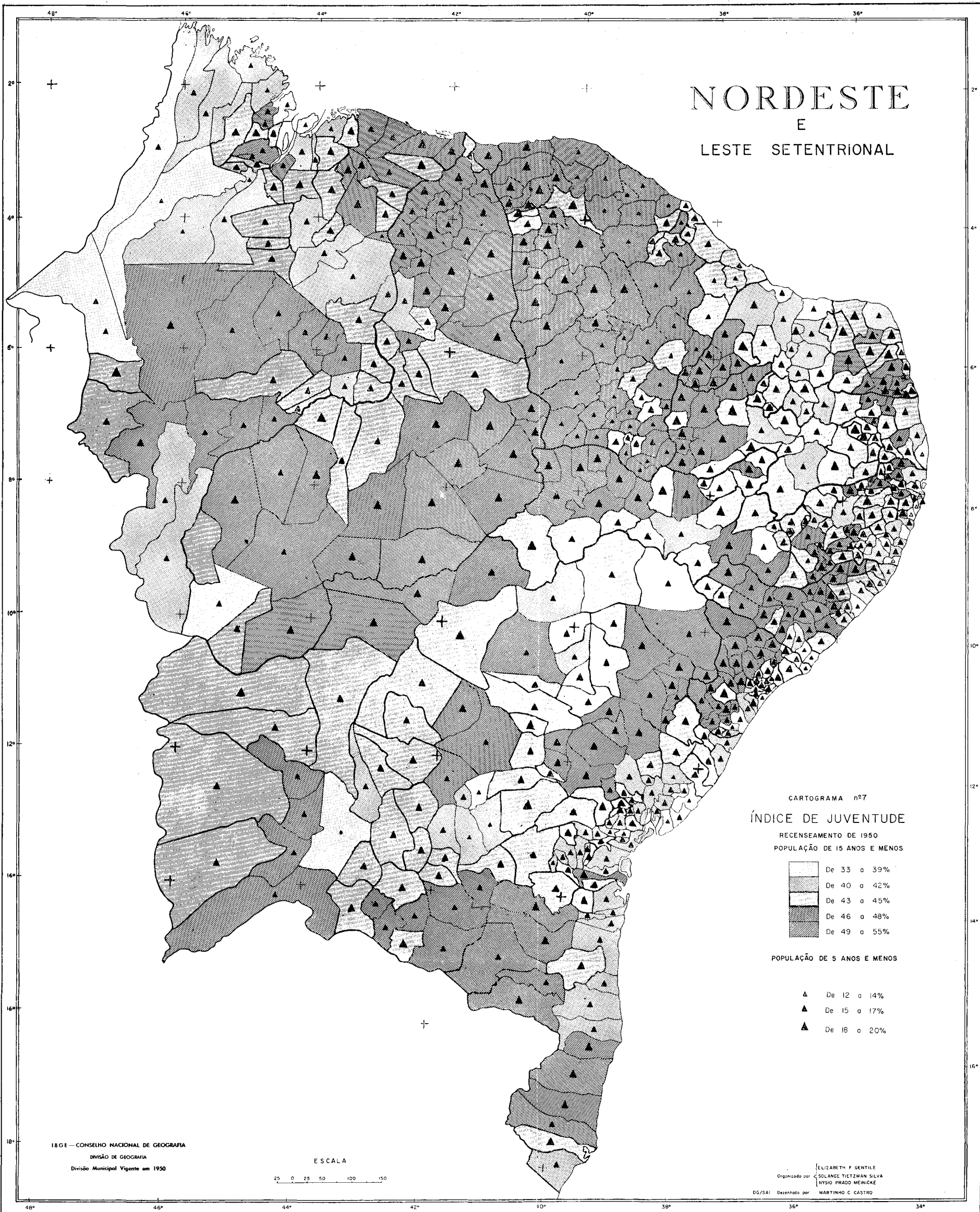
25 0 25 50 100 150 Km

Organizado por ANTONIO LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Dr./Sai-Des. ALFREDO DOS SANTOS CUNHA

NORDESTE

E

LESTE SETENTRIONAL



CARTOGRAMA nº7
ÍNDICE DE JUVENTUDE
 RECENSEAMENTO DE 1950
 POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MENOS

[White box]	De 33 a 39%
[Diagonal lines /]	De 40 a 42%
[Diagonal lines \]	De 43 a 45%
[Cross-hatch]	De 46 a 48%
[Dense cross-hatch]	De 49 a 55%

POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MENOS

[Small triangle]	De 12 a 14%
[Medium triangle]	De 15 a 17%
[Large triangle]	De 18 a 20%

IBGE — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
 DIVISÃO DE GEOGRAFIA
 Divisão Municipal Vigente em 1950

ESCALA
 25 0 25 50 100 150

Organizado por ELIZABETH F. GENTILE
 SOLANGE TIETZMAN SILVA
 NYSIO PRADO MÊNICKE
 DG/SAI Desenhado por MARTINHO C. CASTRO

duais se destacam, concentrando a maior parte das pessoas que seguiram um curso superior completo.

Todos êsses aspectos quantitativos e qualitativos examinados, portanto, demonstram à sociedade a estrutura própria característica da população da franja litorânea, onde o principal fator de caracterização é a influência das cidades, o que nos levou a considerá-la como uma "zona de maior expressão do fenômeno urbano". Não quer isto significar que tôda esta faixa seja urbanizada, e sim que, pela presença mais comum e representativa dos centros urbanos, alguns de categoria, no conjunto do país, a população possui um comportamento diverso, apresentando-se mais densa, mais aglomerada, crescendo em número de modo mais lento, porém com fortes movimentos internos, menos "jovem", mais dedicada às atividades pròpriamente urbanas, como as indústrias e os serviços e, também, mais instruída, em relação ao interior regional. É uma oposição formal que — nunca é demais repetir — baseia-se nos aspectos físicos tão contraditórios que dão a nota característica da geografia do Nordeste.

A faixa de transição

As transformações por que passa a população em seus aspectos principais, entre as duas áreas extremas do litoral e do sertão, da mais urbanizada para a mais ruralizada, dão-se paulatinamente através de zonas em que, por vêzes, coexistem os aspectos de ambas. Essa transição também é encontrada nos aspectos físicos, nas atividades econômicas dominantes, na maneira pela qual se deu o povoamento, etc.

Se essa faixa de transição aparece bem individualizada em alguns estados do Nordeste e do Leste Setentrional, em outros ela não é tão sensível e, então a oposição descrita é mais marcante ainda. No Nordeste Oriental, o agreste e os brejos oferecem o melhor exemplo dessa zona de transição: fisicamente, o seu revestimento vegetal participa da mata e do sertão, o seu clima constitui uma passagem da zona chuvosa litorânea para a área sêca do sertão, apresentando trechos chuvosos nos brejos e secos nas áreas acaatingadas; na paisagem humanizada há um equilíbrio entre as zonas de população mais dispersa e as de população mais concentrada, isto é, surgem tanto os trechos mais urbanizados como os de predomínio da população rural.

No Leste Setentrional também a vegetação, o clima e as atividades humanas mudam paulatinamente do litoral para o interior, constituindo um mundo transitório, mais característico em certos trechos do que em outros, é verdade, porém, bastante diverso das zonas extremas do litoral e do sertão. Já no Meio Norte e no estado do Ceará o mundo transitório ficou reduzido a trechos isolados, por vêzes, mesmo dentro do próprio sertão, em que determinados fatores desenvolveram a população, relativamente ao vasto interior, condicionando o aparecimento de uma concentração média de centros urbanos.

De qualquer modo, porém, o que se vê é que essa faixa de transição é também de área relativamente reduzida, em relação ao todo regional.

O estudo das densidades da população por quilômetro quadrado é o primeiro a demonstrar essa transição. Se, no litoral, as densidades se apresentam mais comumente entre 50 e 75 hab/km², a classe de 15 a 24 hab/km² é a mais frequente na zona encarada, embora, por vêzes, haja densidades bastante elevadas, como, por exemplo, em trechos do agreste pernambucano e do Brejo da Paraíba.

De acôrdo com essas taxas de densidade mais comuns e também com os demais aspectos estudados, a zona que foi considerada como transitória, quanto aos aspectos populacionais, é constituída pelo Golfão Maranhense, trechos do vale do Paraíba, a zona de Sobral e das "serras" cearenses (Ibiapaba,

Baturité e Maranguape); tãda uma zona extensa interior, que abrange o Cariri cearense, o alto sertão da Paraíba e o Seridó norte-rio-grandense; a faixa intermediária do agreste e dos brejos, a qual se estende desde o sudeste do Rio Grande até Sergipe; e os contrafortes do planalto interior do estado da Bahia.

Como já foi lembrado, as densidades médias de população encontradas nessa faixa descontínua são bastante variáveis; entretanto em tôdas elas as densidades são bem superiores à média do sertão pois, de acôrdo com a influência de fatores variados, há geralmente um adiantamento das atividades econômicas, relativamente ao padrão característico do Nordeste. Trata-se de zonas favorecidas quanto à pluviosidade, que propicia o espessamento dos solos, ou então quanto ao desenvolvimento das comunicações rodo-ferroviárias em alguns trechos, ou pela ramificação das vias fluviais, em outros. Geralmente um ou vários produtos comerciais individualizam e ocupam a população destas zonas: o arroz, no Golfão Maranhense, a policultura no agreste e nas "serras" interiores, o agave no Brejo, o algodão no Seridó e Alto Pajeú, o gado nos contrafortes do planalto sul baiano. A variedade dos principais sistemas agrários determina a desigualdade das densidades locais.

Outro fator de grande influência no adensamento da população dessas áreas — e estreitamente ligado às condições físicas locais — o papel de "oásis" que desempenham essas zonas agrícolas, refrigério para a população sertaneja, especialmente por ocasião das sêcas mais demoradas.

A maior riqueza dessas áreas, até certo ponto populosas, condiciona o aparecimento das cidades e de numerosas vilas, geralmente de dimensões e importância menores do que as do litoral, marcando linhas de escarpa, como a Ibiapaba, ou o contato entre o agreste e o sertão, ou infiltrando-se pelo interior à margem dos rios, como no Golfão Maranhense. Não deixam essas maiores proporções de população urbana de elevar as densidades totais da população, tanto assim que os municípios mais populosos são sedes das cidades mais importantes — especialmente em Sobral, Teresina, Juazeiro do Norte, Areia, Arcoverde, Feira de Santana, etc.

O pêso relativamente forte da população urbana confere portanto a essas zonas, a sua estrutura rural-urbana transitória entre o litoral e o sertão. Com efeito, as taxas locais variam entre 70 e 85% da população dispersa, havendo, quanto à população aglomerada, proporções equilibradas de cidades pequenas e médias e pequenas proporções de grandes cidades. Taxas menores do que 70% da população dispersa são encontradas nos municípios em que há uma aglomeração urbana de papel regional saliente, já assinaladas anteriormente.

Graças aos seus aspectos físicos variáveis, encontram-se nessa faixa de transição, tantos tipos de *habitat* agrupado, quanto disperso, conforme seja o regime fundiário de pequenas propriedades chegando mesmo ao minifúndio agrícola, ou de propriedades médias e grandes, dedicadas à pecuária. Não se deve esquecer, porém, que as taxas calculadas correspondem a uma média para cada município e, como a população rural é mais numerosa, predominam as taxas de dispersão forte.

Também as taxas de crescimento médio anual são variáveis, nessa zona; demonstram, mais que qualquer aspecto estudado, o comportamento diverso do Nordeste Ocidental e do Oriental.

Neste último tem-se, nas zonas transitórias, uma área de transbordamento demográfico, que se segue à zona já descrita de pequenos crescimentos populacionais da mata e que, como ela, tem apenas de 0% a 1,5% de crescimento médio anual. Zonas agro-industriais importantes, o agreste e o Brejo, deixam de fixar parte de seus habitantes, devido a uma série de problemas sócio-econômicos que também afligem a zona da mata — os métodos rotineiros de cultura que impedem o seu maior rendimento e acarretam desperdício de mão-de-obra, a grande subdivisão da propriedade que, com sua produção, não pode manter

tôda uma família, o alto preço do arrendamento das terras, os salários baixos, fatores êsses que motivam a emigração local, compensada pela alta taxa de natalidade. Êsses aspectos também caracterizam a faixa transitória de Sergipe e parte da da Bahia. Entretanto, no caso presente, são mais freqüentes as migrações sazonais, pois grande parte dos migrantes desloca-se para a zona da mata durante a safra da cana-de-açúcar, retornando após.

No trecho meridional da faixa transitória baiana, porém, a influência da zona pioneira, que se desenvolve com base na criação de gado de corte para abastecimento de Salvador, tem originado altas taxas de crescimento médio anual.

No Nordeste Ocidental, as zonas transitórias são caracterizadas por taxas de crescimento médio iguais ou próximas às do crescimento vegetativo nordestino. Nas "serras" cearenses, verificou-se um crescimento superior a 5%, indicando boas condições de aumento populacional vegetativo complementadas pelas migrações positivas. No golfão, as taxas médias têm-se mantido entre 1,5 e 3% ao ano, pois esta zona é vizinha da outra ativa zona pioneira do Nordeste, a dos vales médios do Mearim-Pindaré.

Quanto às estruturas profissionais, essa faixa mostra nitidamente uma diversificação com tendência a uma estrutura mista, embora não haja homogeneidade absoluta nesses aspectos.

Pela descrição anteriormente feita dessas zonas, áreas agropastoris por excelência, compreende-se a predominância do setor agrícola sôbre os demais; já se nota, porém, a presença de alguma indústria e dos serviços urbanos, ainda que em pequenas proporções, pois o baixo nível de vida aí encontrado reflete-se na fragilidade do setor terciário e as pequenas proporções do setor industrial devem ser relacionadas ao desenvolvimento do artesanato. Só em casos pouco numerosos é que a indústria encontra desenvolvimento, baseando-se no beneficiamento dos produtos agrícolas.

Assim mesmo, essas porcentagens da indústria ficam mascaradas pela estrutura média municipal, como acontece para os municípios de Crateús, Baturité, Limoeiro, Garanhuns, etc. cujas sedes possuem um papel regional de certa influência, mas onde a população municipal, ocupada nos serviços, é largamente ultrapassada pela que se dedica às atividades agropastoris.

As funções de centro de convergência da produção agrícola e de seu beneficiamento exorbitam, no entanto, em alguns municípios, que passam a possuir de 16 a 26% de sua população ativa empregados nos serviços e até 14% na indústria; é o caso de Alcântara, Cajazeiras, Patos, Caicó e Sertânia, Caruaru, Amargosa, Jequié, conhecidos centros de relações sociais para a população nordestina, especialmente Caruaru, cujas feiras famosas são a expressão da atividade do seu setor terciário. A principal função da maioria dêstes núcleos é a do estabelecimento do contato entre duas zonas geográficas, a de "porta do sertão" cujos produtos concentra para enviá-los aos centros exportadores do litoral; outros são centros regionais de suas zonas, às quais beneficiam com seus serviços urbanos, hospitalares, escolares, comerciais, sociais, etc. Aí a estrutura profissional é realmente diversificada e, mesmo, equilibrada, a vida urbana é mais intensa, a industrialização mais variada. Sobral, Campina Grande, Juazeiro do Norte e Arcoverde destacam-se com porcentagens da indústria e dos serviços bem mais elevadas, iguais, mesmo, às de alguns núcleos litorâneos.

A estrutura etária dessa faixa transitória não ficou bem individualizada. Sabendo-se o quanto é difícil a interpretação desse aspecto da população pela inexistência das taxas de natalidade e de mortalidade, só se pode conhecer melhor a estrutura típica do litoral e a do interior, não havendo esperanças para a compreensão da que se verifica nas zonas transitórias, as quais, além disso, mostraram aspectos contraditórios, taxas altas e baixas, muito variáveis.

Já quanto ao estudo do grau de analfabetismo a situação das zonas transitórias é bem pior do que a da zona litorânea. Em tôdas essas zonas o número de analfabetos é bem grande, maior mesmo que o do sertão. Nas zonas serranas, o número dos que não sabem ler nem escrever é aumentado pelo afluxo dos habitantes das áreas sujeitas às sécas; na Ibiapaba, por exemplo, há 82,80% de analfabetos.

Apesar de serem zonas ricas, bem servidas por rodovias e ferrovias, são também densamente povoadas, sendo o número de escolas aí existentes insuficiente; daí os altos índices de analfabetismo. Além disso, as propriedades de pequenas dimensões, muitas vêzes, não são suficientes para a manutenção da família do proprietário que vive em um baixo nível de vida; não lhe sendo possível pagar a mão-de-obra, é necessária a colaboração de todos os membros da família, o que aumenta naturalmente o analfabetismo entre os jovens.

Os centros urbanos que já foram lembrados para os demais aspectos estudados, apresentam mais baixos índices de analfabetismo, o que também pode ser devido, em parte, à concentração maior da população nas áreas urbanas. Também as taxas de analfabetismo dos jovens são aí menores, havendo a coincidência das maiores proporções de pessoas com curso superior completo, que só surgem, aliás, nesses núcleos urbanos de maior projeção, sendo quase inexistentes nos demais.

Variáveis, portanto, em seus aspectos gerais, as zonas transitórias também mostram êsse caráter quanto ao potencial humano que apresentam. Algumas dessas zonas, como foi visto, são mais populosas do que as outras e, além disso, de acôrdo com o estudo das taxas de crescimento médio anual, ficou constatado que os problemas a resolver são diversos, pois há trechos em que o principal problema é o da fixação do homem à terra, enquanto outros possuem um caráter atrativo, sendo aí, portanto, diversa a dinâmica interna da população. De qualquer maneira, porém, pela sua estrutura profissional e pela estrutura rural-urbana condicionadas pelos traços comuns dos sistemas agrários, apresentam aspectos característicos próprios.

Zona predominantemente rural

O sertão será analisado com menos detalhe, pois, na realidade, é êle a antítese da "zona de maior expressão do fenômeno urbano". Por suas densidades de população muito fracas, pela extrema dispersão da população rural e pequena importância da população aglomerada, pelos elevados índices de crescimento médio anual, pela estrutura profissional quase que exclusivamente agrícola, pela grande massa de jovens e de crianças e pelos fortes índices de analfabetismo, contrasta violentamente com o mundo das capitais e suas zonas satélites, com a faixa industrial e urbanizada do Nordeste e do Leste Setentrional.

As densidades de população do mundo rural nordestino estão situados em tôrno de 0,5 a 15 hab/km², sendo, porém, mais comuns as oscilantes entre 0,5 e 5 hab/km². Tôda uma extensa região, que engloba dois terços do estado da Bahia, a quase totalidade do Maranhão e do Piauí e a zona central do estado do Ceará e de Pernambuco, são fracamente povoadas. Em geral, as condições físicas pouco propícias, especialmente as climáticas, em que ressaltam as chuvas escassas e irregulares, são as invocadas para explicar essa população disseminada. É a zona das extensas caatingas inóspitas, de solo pouco agricultável, por ser pedregoso e raso, dos planaltos do interior da Bahia, do Ceará, de Pernambuco, cu dos cerrados que recobrem os chapadões do Meio-Norte com seus terrenos arenosos, impróprios à agricultura.

A precariedade das comunicações caracteriza todo êste "mundo rural" e impede a sua valorização. O gênero de vida que aí se instalou desde a época

do desbravamento, a pecuária extensiva, continua a ser a principal atividade econômica aí encontrada, sendo as imensas fazendas de gado a unidade do povoamento, o que acarreta a dispersão e pequena densidade da população. Dentro do sertão, porém, favorecidas por chuvas de relêvo ou pela existência de solos férteis derivados do calcário, algumas zonas destoam pelo desenvolvimento agrícola maior e pela concentração da população: o “pé-de-serra” do planalto ocidental baiano, a escarpa oriental da Chapada Diamantina, onde a via férrea é um fator a mais no aparecimento da linha de pequenas cidades que marcam aquele desnível; o “pé-de-serra” da Chapada do Araripe, em Pernambuco, etc. Apesar da relativa concentração da população, essas zonas não se salientam no cartograma da densidade de população devido às áreas consideráveis dos municípios dessa zona.

O conhecimento desses “pés-de-serra” mais férteis e chuvosos explica alguns aspectos da geografia da população dessa área ruralizada. Em outros trechos, o adensamento da população dá-se em virtude do seu caráter dinâmico de zonas pioneiras — os médios vales do Mearim e do Pindaré e a zona dos contrafortes do planalto sul-baiano.

A estrutura rural-urbana dessa extensa região é caracterizada por uma predominância absoluta da população rural, disseminada em moradias isoladas ou em aglomerados tipicamente rurais, “os povoados”, em uma dispersão organizada pela atração dos rios, ou dos “olhos d’água” das zonas serranas.

Quanto às cidades, são raras e de pequena importância; em geral possuem menos de 5 000 habitantes, sendo como que um reflexo de sua zona rural e do gênero de vida aí dominantes, a pecuária, fator do pequeno desenvolvimento dos serviços.

As taxas de dispersão da população são, portanto, muito elevadas, em geral maiores que 85%, havendo porém uma ocorrência de taxas mais baixas nas áreas em que se assinalam densidades de população mais fortes. Assim destacam-se, como zonas de taxas de dispersão da população entre 70 e 85% e de maiores proporções de centros urbanos, embora pequenos, a escarpa da Chapada Diamantina, a zona da rodovia Central de Pernambuco, alguns municípios do vale do São Francisco e do divisor São Francisco-Tocantins, além de municípios isolados no sudeste maranhense e do estado do Piauí. Nesses trechos situam-se cidades de certa envergadura, núcleos de importância relativamente maior, dentro de suas zonas de influência, que avultam dentro do conjunto extremamente ruralizado do sertão: Bom Jesus da Lapa, atualmente limitada à função religiosa; Petrolina e Juazeiro, principalmente esta última, centro regional mais importante da zona setentrional do sertão baiano, ponta de trilhos e porto fluvial que comanda a navegação do médio São Francisco; Senhor do Bonfim e Jacobina, na Chapada Diamantina; Campo Maior e Picos no Piauí, no cruzamento de estradas de influência, a Recife-Florianópolis e a Teresina-Juazeiro; Florianópolis, também beneficiada pela expansão rodoviária; Carolina, centro importante do sudoeste maranhense, etc. O aparecimento desses núcleos é variável, porém o seu papel como “passagem” sobre os principais eixos de circulação econômica é que lhes confere a sua maior envergadura local.

Nessa zona “predominantemente rural”, em outro quadro econômico e social, portanto, as condições do dinamismo da população são também diferentes das do “mundo urbano”. Apesar do êxodo da população que certamente se verifica em quase toda a sua extensão, as altas taxas de natalidade aí imperantes compensam as perdas verificadas, dando taxas de crescimento médio anual apreciáveis. Há, portanto, uma certa estabilidade no comportamento da população sertaneja, em geral, sendo a maior parte dessa zona caracterizada por taxas de crescimento médio equiparáveis, ou mesmo superiores, à do crescimento vegetativo do Nordeste. Quase todo o trecho encarado tem taxas entre 1,5 e 5% de crescimento médio anual entre 1920 e 1950, que se repetem entre 1950 e 1960.

Entretanto não se pode dizer que esses aspectos sejam homogêneos, pois verificam-se áreas de decréscimo populacional, — onde o crescimento vegetativo não foi suficiente para compensar o êxodo no topo da Chapada Diamantina ou em poucos municípios isolados, de difícil interpretação; no primeiro caso tem-se numa área típica de decadência da principal atividade econômica, a mineração de ouro, cristal de rocha e diamantes, motivando o êxodo da mão-de-obra. Outras áreas do sertão tiveram aumentos pouco significativos, como o trecho baiano do vale do São Francisco e o do divisor São Francisco — Tocantins, etc. São zonas de condições climáticas pouco favoráveis e que só atualmente têm sentido melhoria em seu isolamento, com a abertura de rodovias e as obras do Plano de Recuperação do Vale do São Francisco.

Porém, ainda resta fazer referência às principais zonas de crescimento superior ao vegetativo, dentro do “mundo rural” do Nordeste e do Leste Setentrional. A expansão rodoviária moderna do Maranhão foi a principal responsável pelas taxas altas de crescimento, observadas no trecho da rodovia Pôrto Franco-Caxias (entre 5 e 7% do crescimento em ambos os períodos estudados, em Barra do Corda e Grajaú) revitalizando essa zona estagnada, com base no algodão e no arroz.

Uma referência especial deve ser feita à zona do Mearim — Pindaré, cujo centro de expansão é Bacabal: 15,98% entre 1920 e 1950 e 19,63% entre 1950 e 1960. É zona ativíssima de recebimento de imigrantes oriundos de quase todo o Nordeste, porém principalmente do Ceará e do Piauí, sendo Bacabal a principal “porta de entrada” do movimento, seguida em suas funções por Pedreira e Ipixuna. Tendo o arroz como principal produto comercial, essa zona pioneira vê-se sustentada e, mesmo, estimulada, pelas rodovias recentes que lhe abriram os mercados do Nordeste Oriental e do Sudeste brasileiros.

No Leste Setentrional situa-se a outra zona de crescimento demográfico dinâmico — a área criatória do planalto sul-baiano e a dos municípios do extremo sul do estado da Bahia. A primeira tem sofrido apreciável expansão nos últimos anos. Estende-se do Rio de Contas até a zona Nordeste de Minas Gerais; inicialmente desenvolvida em função do abastecimento dos mercados da zona cacauera, expandiu-se com a abertura dos eixos rodoviários norte-sul, passando a abastecer também Salvador. Seu incremento baseia-se na alta constante do preço do gado. Já no extremo sul do estado, os aumentos representativos de Alcobaça e Pôrto Seguro ligaram-se ao avanço da cultura cacauera sobre zonas ainda não “abertas” à valorização.

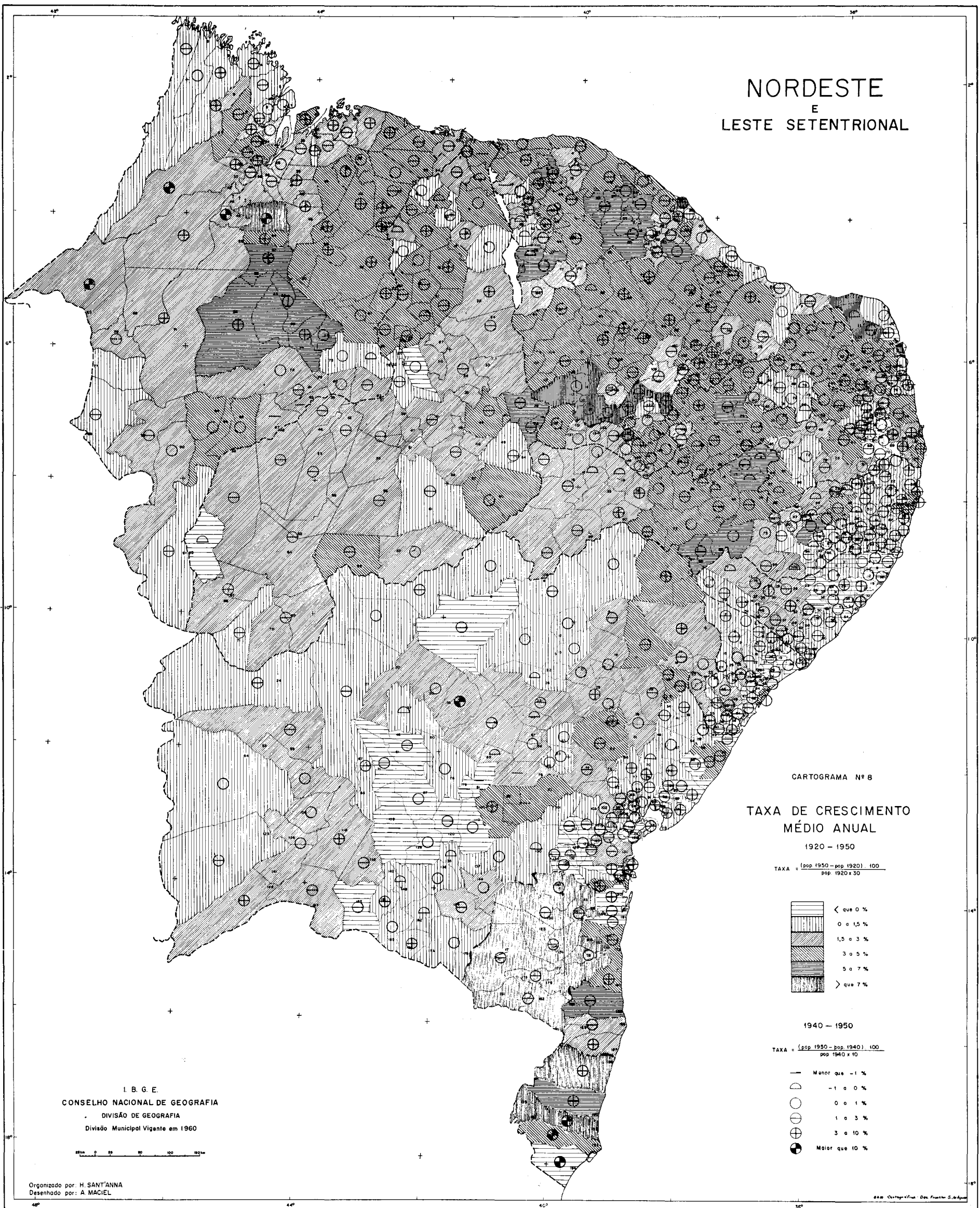
O estudo das taxas de crescimento real da população, comparadas às do crescimento vegetativo estimado, vem corroborar o conhecimento dessas áreas de crescimento diverso, ligadas à dinâmica interna da população do Nordeste e Leste Setentrional.

A larga predominância da população rural reflete-se nas altas proporções do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, em relação à população ativa total de cada município.

Na zona interior do Nordeste e do Leste Setentrional, zonas em que a pecuária extensiva e a agricultura com caráter itinerante, são os ramos de atividade coletiva básicos, a grande maioria dos municípios é de tipo exclusivamente agrícola; apresentam uma estrutura profissional primária de zona subdesenvolvida, com poucos produtos comerciais e voltada para o consumo interno.

Destoam dessa esmagadora maioria municípios ora apresentando uma ligeira saliência dos serviços, ora do artesanato, do tipo já descrito nas zonas transitórias, mas em muito menor número. Correspondem aos “pés-de-serra” onde a agricultura mais desenvolvida é fator de maiores riquezas, já se beneficiando os produtos agrícolas e havendo o aparecimento de maior número de

NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL

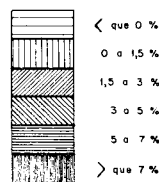


CARTOGRAMA Nº 8

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL

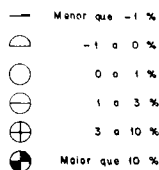
1920 - 1950

$$TAXA = \frac{pop\ 1950 - pop\ 1920}{pop\ 1920 \times 30} \times 100$$



1940 - 1950

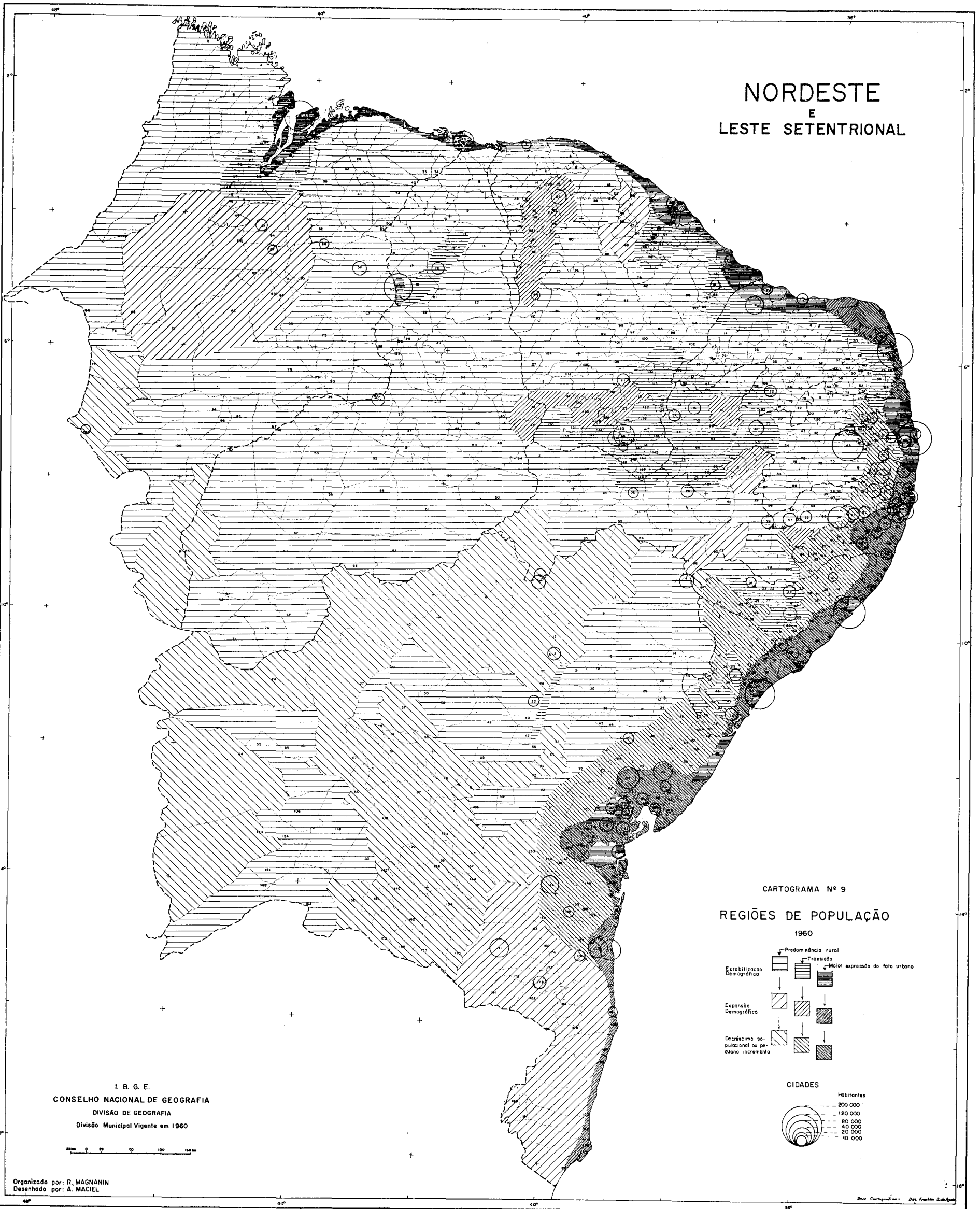
$$TAXA = \frac{pop\ 1950 - pop\ 1940}{pop\ 1940 \times 10} \times 100$$



I. B. G. E.
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
Divisão Municipal Vigente em 1960



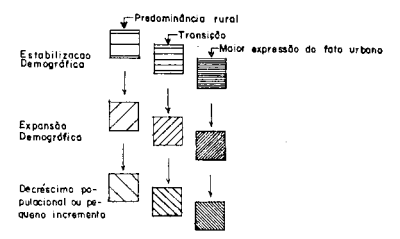
NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL



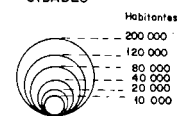
CARTOGRAMA Nº 9

REGIÕES DE POPULAÇÃO

1960



CIDADES



I. B. G. E.
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
Divisão Municipal Vigente em 1960



Organizado por: R. MAGNANIN
Desenhado por: A. MACIEL

vilas — ainda assim, muito ligadas ao meio rural. É unicamente nos centros urbanos cujas funções e importância já foram analisadas, que a estrutura profissional se diversifica, só chegando, porém, a constituir uma classe de estrutura profissional equilibrada nos maiores centros, especialmente em Juazeiro. Aí já se chega a registrar até 25% da população ativa, dedicada à indústria e de 32 a 50% nos serviços. Mesmo esses núcleos urbanos mais desenvolvidos, porém, não possuem os melhoramentos e o refinamento de muitos outros, da zona litorânea.

As altas taxas de natalidade características do mundo rural brasileiro, em geral, são o primeiro fator a explicar a esmagadora maioria de jovens e de crianças da população sertaneja. De fato, grande parte da zona encarada possui taxas de juventude entre 43 e 45%, havendo extensões consideráveis em que as taxas sobem a 48% e áreas isoladas com taxas máximas de mais de 55% de população de jovens — índices que são agravados por porcentagens bastante elevadas de crianças, sendo mais comuns as de 18 a 20%.

O segundo fator a explicar as altas porcentagens assinaladas é a saída de emigrantes em idades adultas para o litoral, o sul e centro-oeste do país, realizando, portanto, um mecanismo inteiramente contrário ao da faixa litorânea.

As taxas bastante variáveis de índices de juventude são explicadas por fatores locais, por nuances no movimento das populações.

Quanto aos índices de analfabetismo e ao grau de instrução, verifica-se que a situação da área encarada é bem triste. Quase todo o interior do Nordeste e do Leste Setentrional tem entre 67 e 81,5% de analfabetos, em relação à população total de mais de 5 anos de cada município; e, quanto ao grau de instrução, percebem-se pequenas porcentagens de pessoas que têm curso elementar completo e taxas ainda menores para os que possuem instrução superior, só aparecendo melhores progressos em Juazeiro, Petrolina, alguns municípios da Chapada Diamantina, etc.

Há áreas em que ainda se podem perceber piores condições quanto aos índices de analfabetismo, como, por exemplo, a área pioneira no Maranhão. Trata-se de zonas de evolução muito recente, que ainda não possuem escolas, ou de outras extremamente isoladas, como o divisor São Francisco-Tocantins, unicamente habitado pelos mangabeiros e balateiros nômades. Nas demais áreas, a predominância da população rural, a sua extrema dispersão, a deficiência das comunicações e dos transportes, explicam as elevadas taxas de analfabetismo, sempre ao lado do número insuficiente de escolas e do fato de a população jovem ser obrigada a trabalhar no campo, vendo-se impossibilitada de alfabetizar-se.

CONCLUSÕES

Isoladas que foram as três zonas populacionais características do Nordeste e do Leste Setentrional, através do estudo conjunto dos diferentes assuntos tratados, verifica-se que todas representam um potencial humano apreciável, já pelo número total da sua população, já pela sua fecundidade, e pelas altas taxas de natalidade compensando as de mortalidade, também bastante elevadas. Porém, para o perfeito aproveitamento dessa força produtiva em potencial seria necessário que se solucionassem os numerosos problemas e as insuficiências que afligem essas regiões brasileiras.

A exigüidade da faixa de população mais equilibrada e mais próspera, mais instruída e que mais pode gozar das facilidades e dos socorros da vida urbana, ficou demonstrada pela análise realizada. Suas dimensões reduzidas contrastam com a imensa área interior que se encontra em péssima situação quanto a instrução, muito isolada, tendo um padrão de vida extremamente ruralizado, sem especialização profissional que modifique essas condições que levam ao êxodo já costumeiro.

Mesmo dentro dessa zona mais próspera ficou demonstrada a existência de aspectos pouco favoráveis. Há um processo de agigantamento dos núcleos urbanos, cabeças de zonas urbanas. Problemas sócio-econômicos graves se criam nos principais núcleos urbanos litorâneos, cujos parques industriais não estão ainda capacitados à absorção dessa mão-de-obra, que chega anualmente em grandes levadas.

A oposição chocante entre o mundo predominantemente rural e a zona mais urbanizada do Nordeste e do Leste Setentrional também se verifica, de maneira mais atenuada, nas zonas transitórias, entre os núcleos urbanos mais salientes e as zonas rurais. Repetem-se, portanto, nessa zona, alguns dos aspectos problemáticos já assinalados na zona litorânea, como o acúmulo de população em certas áreas e o despovoamento de outras, criando um desequilíbrio demográfico desfavorável; se, de um lado, a zona favorecida ainda não pode empregar toda a população imigrante em sua agricultura rotineira, ou em sua indústria e serviços insuficientes, de outro as zonas fornecedoras de população perdem possibilidades de aproveitamento de suas riquezas.

As sensíveis perdas de população que caracterizam especialmente a faixa de transição do Nordeste Oriental, resultam do desequilíbrio entre o crescimento demográfico que, como se viu, é intenso, e da produção econômica insuficiente dessas zonas, em virtude dos problemas já apontados, da grande subdivisão da propriedade, dos salários baixos, da inexistência ou insuficiente desenvolvimento das indústrias locais.

Agrava a situação o índice muito baixo de alfabetização do Nordeste e do Leste Setentrional, o pior do país, aliás, problema que deveria ser o primeiro a ser enfrentado. A promoção de novas indústrias em núcleos urbanos do interior e o desenvolvimento dos serviços, auxiliando na absorção da mão-de-obra excedente, seriam fatores de diminuição do êxodo — isso sem descuidar da agricultura que, melhor cuidada, também ofereceria maiores possibilidades de trabalho.